

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 497, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 794/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, que renova a permissão outorgada à SM Comunicações Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD) PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR) REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 - CF)

MENSAGEM Nº 794

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2023, que renova, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada anteriormente conferida à SM Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Brasília, 7 de julho de 2024.

Brasília, 13 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em 9 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/11/2023 | Edição: 213 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1163/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2023, que renova, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada anteriormente conferida à SM Comunicações Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 18/09/2024, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6079147** e o código CRC **9F136C66** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.059488/2013-71**
Interessado: **SM COMUNICAÇÕES LTDA**
Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 48 (quarenta e oito) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 30/10/2013


MARIA IVAGNA F. MENDES REIS
Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/DEOC/SCE-MC

112 fm
206

219

Exmº Senhor

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA – DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 059488/2013-71

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

11/10/2013-14:51 - SDCOM

Senhor Ministro,

SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, por seu representante legal, abaixo assinado, requer a V. Exa., se digne a apreciar pedido de renovação, por novo período, da Permissão que lhe foi outorgada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em **frequência modulada** na localidade de **Pedro Canário – ES**.

Aproveitamos a oportunidade para juntar ao nosso requerimento documentos para instruir o processo.

Reafirmando nosso real interesse na **RENOVAÇÃO** da outorga, colhemos na oportunidade para renovar protestos de respeitoso apreço e distinta consideração.

Neste Termos

Pede Deferimento

Pedro Canário– ES, 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

CPF : 113.555.857-40/ES

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 13 de 13 às 14:30 horas
Assinatura: *Adilton Silva*



DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO



SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP , inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96 , **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada , na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, vem através de seu Sócio-Administrador, **JOÃO JORGE RESEGUE LOPES**, portador da carteira de identidade RG nº 1.770.239 SSP-ES e inscrito no CPF : 113.555.857-40, **DECLARAR** que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Pedro Canário – ES , 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

DECLARAÇÃO



SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP , inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96 , **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada , na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, vem através de seu Sócio-Administrador, **JOÃO JORGE RESEGUE LOPES**, portador da carteira de identidade RG nº 1.770.239 SSP-ES e inscrito no CPF : 113.555.857-40, **DECLARAR** para todos os fins de direito , junto ao Ministério das Comunicações que :

- i) Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada, e ;
- ii) Não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Pedro Canário – ES , 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

**CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVO AO
EMPREGADOR (OU COMPROVANTE DE
RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS)**





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2013 Exercício
2013

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito PRAIA DO CANTO	CEP 29055-290	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA EPP		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento SN	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa Nº Empregados Contribuintes (-) Desconto / Abatimento

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes (-) Outras Deduções

Total Empregados - Estabelecimento (+) Mora / Multa

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 55950000016464

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 164,64	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 55950000016464

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 31/01/2013
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8
Data do Documento 25/01/2013	Número do Documento 201300493695	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 25/01/2013	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2013)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 164,64
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

PRT

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA EPP
ROD BR 101 NORTE KM 17, SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

DATA:



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp
Mantena
Conta: 18.809.855
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 1 55950000016464
Dt.Vencimento: 31/01/2013

Dt.Agendamento: 31/01/2013
Valor: R\$164,64
Protocolo: 48724021
Historico : SINDICATO P. CANARIO
=====

TRANSACAO EFETIVADA
=====

Registro: 29/01/2013 09:10:59 /local/home/tef/d/20130129/salt150.
Emissao.: 01/02/2013 15:00:30

**CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		31/01/2012		2012	
Endereço		Número		Complemento	
R FORTUNATO RAMOS				CNPJ da Entidade	
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
PRAIA DO CANTO		29055-290		VITORIA	
UF		ES			

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SM COMUNICACOES LTDA EPP		02.399.641/0004-39	
Endereço		Número	
ROD BR 101 NORTE KM 17		SN	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
29970-000	CENTRO	PEDRO CANARIO	ES
Código Atividade		601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
152,84

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 7 52290000015284

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.800.89055-8	023996410004	152,84	31/01/2012	2012

Autenticação Mecânica

CARTÓRIO SARLO - REGISTRO CIVIL E TABELIONATO RODRIGO SARLO ANTÔNIO - TABELIÃO E OFICIAL Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400 Av. N. S. da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500	
AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94 Vitória-ES, 18 de junho de 2013 - 16:39:09	
Geiziele de Jesus Benfica Pinheiro-ESCREVENTE Emolumentos R\$: 2,07 Taxas R\$: 0,35 Total R\$: 2,42 Selo : 024661.NSD1307.21629, consulte autenticidade em: www.tjes.jus.br	



EM BRANCO

238.438.1104

CE308440620131624100476

F



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
31/01/2011	2011



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS, 30/115	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito	CEP 29055-290	Cidade/Município STA LUCIA/VIT.	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17 SN	Número	Complemento	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 142,22
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 48640000014222

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 142,22	Data Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 48640000014222

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 31/01/2011
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8
Data do Documento 26/01/2011	Número do Documento 201100455065	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 26/01/2011	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2011)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 142,22
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000 PRT					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA
ROD BR 101 NORTE KM 17 SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 1 48640000014222
Dt.Vencimento: 31/01/2011

Dt.Agendamento: 31/01/2011
Valor: R\$142,22
Protocolo: 33668846
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 28/01/2011 10:19:01 /local/home/tef/d/20110128/salt765.
Emissao.: 02/02/2011 15:14:12

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
31/01/2010 Exercício
2010

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS, 30/115	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito	CEP 29055-290	Cidade/Município STA LUCIA/VIT.	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17 SN	Número	Complemento	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 132,93
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
PRT (=) Valor Cobrado		

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 3 44990000013293

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA**104-0**

10499.78909 55617.702398 96410.004012 3 44990000013293

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE		Vencimento 31/01/2010	
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES		Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8	
Data do Documento 29/01/2010	Número do Documento 201000618588	Esp. Docum. GRCSU	Aceite 29/01/2010
Nosso Número 023996410004			
Uso do Banco EXERC (2010)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade Valor
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA		(=) Valor do Documento 132,93	
APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000		(+) Desconto / Abatimento	
		(+) Outras Deduções	
		(+) Mora / Multa 116,93	
		(+) Outros Acréscimos 53,17	
		(=) Valor Cobrado 303,08	

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO
ROD BR 101 NORTE KM 17 SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp
Pinheiros
Conta: 12.951.786
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 3 44990000013293
Dt.Vencimento: 31/01/2010

Dt.Agendamento: 01/02/2010
Valor: R\$132,93
Protocolo: 27554774
Historico : p.canario
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 01/02/2010 18:08:14 /local/home/tef/d/20100201/salt521.
Emissao.: 06/06/2013 10:26:44



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2009 Exercício
2009

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade
SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895 Código da Entidade Sindical
000 000.800.89055-5

Endereço
R FORTUNATO RAMOS Número Complemento CNPJ da Entidade
39.351.374/0001-97

Bairro/Distrito
PRAIA DO CANTO CEP
29055-290 Cidade/Município
VITORIA UF
ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social
SM COMUNICACOES LTDA EPP CPF/CNPJ/Código do Contribuinte
02.399.641/0004-39

Endereço
ROD BR 101 NORTE KM 17 Número Complemento
SN

CEP
29970-000 Bairro/Distrito
CENTRO Cidade/Município
PEDRO CANARIO UF
ES Código Atividade
601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa N° Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.78909 55617.702398 96410.004012 8 41340000013293

Código do Cedente
000.000.800.89055-8 Nosso Número
023996410004 Valor do Documento
132.93 Data Vencimento
31/01/2009 Exercício
2009

Autenticação Mecânica

CARTÓRIO SARLO - REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIAO E OFICIAL
Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400
Av. N. S. da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9506

AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autenticado-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94
Vitória-ES, 18 de junho de 2013 - 16:39:09

Geiziele de Jesus Benfica Pinheiro-ESCREVENTE
Emolumentos R\$: 2,07 Taxas R\$: 0,35 Total R\$: 2,42
Selo : 024661.MSD1307.21631, consulte autenticidade em:www.tjes.jus.br



CEP30841406201318624100455

EM BRANCO

F

**CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVO AO
EMPREGADO (OU COMPROVANTE DE
RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS)**



F

CAIXA

GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU



Vencimento	Exercício
30/04/2013	2013

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48		
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento			
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição			
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>	(=) Valor do Documento 87,83	
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 3	(-) Desconto/Abatimento			
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 2.635,00	(-) Outras Deduções			
	Total Empregados - Estabelecimento 3	(+) Mora/Multa			
		(+) Outros Acréscimos			
		(=) Valor Cobrado 87,83			

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 5 56840000008783

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 87,83	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 5 56840000008783

2º Via Documento do Banco

Local de Pagamento					Vencimento 30/04/2013
Cedente SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 27/03/2013	Número do Documento 01250320131	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 27/03/2013	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2013	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 87,83
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 87,83
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



EMPRESA 0125	RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	Ref.: 03/2013	Vencido.: 00001
018-SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DC ES Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59 Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:		Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN Compl.: Bairro: CENTRO CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO	



Cód.-Nome	PIS	CPF Salário Base	Função Base Cálculo	Cart.Prof. Sindical	Admissão
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA	16381360705	037.814.655-60 800,00	Locutor de rádio 960,00	09949323.00010-BA 32,00	03/05/2010
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES	16551840885	022.332.635-61 715,00	Auxiliar de escri 715,00	02590399.00020-BA 23,83	01/09/2011
00013-DENIS PEREIRA AMANCIO	20661242107	132.208.677-07 800,00	Locutor de rádio 960,00	05563872.00030-ES 32,00	01/02/2013
3	Funcionário(os) Impresso(os)	T o t a l	2.315,00	2.635,00	87,83

#

-----
BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

-----BANESFACIL NET BANKING-----

Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp

Conta: 21.047.972

Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 5 56840000008783

Dt.Vencimento: 30/04/2013

Dt.Agendamento: 30/04/2013

Valor: R\$87,83

Protocolo: 50645595

Historico : SINDICATO

=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 22/04/2013 15:45:19 /local/home/tef/d/20130422/salt790.

Emissao.: 02/05/2013 15:19:49

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical****Urbana - GRCSU**Vencimento
30/04/2012**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(=) Valor do Documento	48,93
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 1.468,00	(-) Desconto/Abatimento	
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(-) Outras Deduções	
		(+) Mora/Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	48,93

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 53190000004893

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 48,93	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 53190000004893

Local de Pagamento					Vencimento 30/04/2012
Cedente SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 28/03/2012	Número do Documento 01250320121	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 28/03/2012	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2012	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 48,93
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 48,93
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					SN PEDRO CANARIO ES

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



F

» Remessa de Títulos - Confirmação

Abaixo estão listadas as remessas selecionadas com a situação da confirmação (ver legenda).

SITUAÇÃO DA REMESSA

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso
- ☐ Remessa Pendente de Autorização*
*Somente para Contas Não-Solidárias
- ☐ Erro na Remessa

	REMESSA	DATA	QTD. DOCUMENTOS	VALOR	MENSA
<input checked="" type="checkbox"/>	009956	05/03/2012	0009	3.020,57	Autorizado

[Voltar](#)

EMPRESA - 0125		RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		Ref.: 03/2012		Vencido.:		Folha 00001			
018-SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA							
Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59				Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN							
Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO				Compl.: Bairro: CENTRO							
CEP: 29010-250		Município: VITORIA		UF: ES		CEP: 29970-000		Município: PEDRO CANARIO		UF: ES	
CNPJ: 27.434.901/0001-48		Cód: 009.019.01601-1		Tel:		CNPJ: 02.399.641/0004-39		I.Est.:		Tel: 21044206	
				CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO							
Cód.-Nome		PIS		CPF		Função		Cart.Prof.		Processo	
				Salário Base		Base Cálculo		Sindical			
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA		16381360705		037.814.655-60		Locutor de rádio		09949323.00010-BA		03/05/2010	
				705,00		846,00		28,20			
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES		16551840885		022.332.635-61		Auxiliar de escri		02590399.00020-BA		01/09/2011	
				622,00		622,00		20,73			
2		Funcionário(os) Impresso(os)		T o t a l		1.327,00		1.468,00		48,93	





BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 3 53190000004893
Dt.Vencimento: 30/04/2012

Dt.Agendamento: 30/04/2012
Valor: R\$48,93
Protocolo: 42585157
Historico : SINDICATO

=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 23/04/2012 14:34:55 /local/home/tef/d/20120423/salt681.
Emissao.: 04/05/2012 12:34:58



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU

Vencimento
31/10/2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 1	Dado da Contribuição (=) Valor do Documento 20,47	
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 614,00	(-) Desconto/Abatimento	
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(-) Outras Deduções	
		(+) Mora/Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
		(-) Valor Cobrado 20,47	

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 9 51370000002047

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 20,47	Data Vencimento 31/10/2011	Exercício 2011
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 9 51370000002047

Local de Pagamento					Vencimento 31/10/2011
Cedente SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 21/05/2013	Número do Documento 01250920111	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 21/05/2013	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2011	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 20,47
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 20,47
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					SN PEDRO CANARIO ES

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



F

EMPRESA - 0125	RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	Ref.: 09/2011	Vencido.: 0001
018-SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59 Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:		Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN Compl.: Bairro: CENTRO CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO UF: ES CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO Tel: 21644206	



Cód.-Nome	PIS	CPF	Função	Cart.Prof.	Admissão
		Salário Base		CONTRIBUIÇÃO SI	
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES	16551840885	022.332.635-61	AUX.ADMINISTRATIV	02590399.00020-BA	01/09/2011
		614,00		20,47	
1	Funcionário(os) Impresso(os)	T o t a l	614,00	20,47	

RCO 356

AG. 0442

CC. 3750138

F



021-3 | SAO SILVANO

RECIBO DO SACADO

LOCAL DE PAGAMENTO PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESTES						VENCIMENTO 24/09/2011	
CEDENTE PROCAR A P E ACESSÓRIOS LTDA				CIC/CNPJ 28.400.646/0001-85		AGÊNCIA/CÓDIGO CEDENTE 0136 13.377.312	
DATA DO DOCUMENTO 10/08/2011		Nº DO DOCUMENTO 789/2		ESPECIE DOC Duplicata		ACEITE A	
DATA DO PROCESSAMENTO 10/08/2011		NOSSO NÚMERO 40000396-10					
USO DO BANCO C.ESCR		ESPECIE R\$		QUANTIDADE X		VALOR (*) VALOR DO DOCUMENTO 69,74	
INSTRUÇÕES (DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE) Após o vencimento, cobrar mora diária de R\$ 0,23 PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANESTES						(-) DESCONTO/ABATIMENTO	
						(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
						(-) MORA/MULTA	
						(-) OUTROS ACRESCIMOS	
						(*) VALOR COBRADO	

CHAVE ASBACE: 4000 0396 0001 3377 3124 0213 5 R. V. A.

SACADO FUND. EDUC. E CULTURAL VALE DO RIO DOCE
RUA GERALDO PEREIRA

CIC/CNPJ 31.800.683/0001-95

- CENTRO

- COLATINA

/ES - Cep: 20700-130

SACADOR(A) VALISTA

COD DE BAIXA

Recebimento através do cheque nº do Banco

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo

Banco sacado.



021-3 | SAO SILVANO

02194.00009 39600.013377 73124.021350 2 51000000006974

LOCAL DE PAGAMENTO PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESTES						VENCIMENTO 24/09/2011	
CEDENTE PROCAR A P E ACESSÓRIOS LTDA				CIC/CNPJ 28.400.646/0001-85		AGÊNCIA/CÓDIGO CEDENTE 0136 13.377.312	
DATA DO DOCUMENTO 10/08/2011		Nº DO DOCUMENTO 789/2		ESPECIE DOC Duplicata		ACEITE A	
DATA DO PROCESSAMENTO 10/08/2011		NOSSO NÚMERO 40000396-10					
USO DO BANCO C.ESCR		ESPECIE R\$		QUANTIDADE X		VALOR (*) VALOR DO DOCUMENTO 69,74	
INSTRUÇÕES (DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE) Após o vencimento, cobrar mora diária de R\$ 0,23 PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANESTES						(-) DESCONTO/ABATIMENTO	
						(-) OUTRAS DEDUÇÕES	
						(-) MORA/MULTA	
						(-) OUTROS ACRESCIMOS	
						(*) VALOR COBRADO	

CHAVE ASBACE: 4000 0396 0001 3377 3124 0213 5 R. V. A.

SACADO FUND. EDUC. E CULTURAL VALE DO RIO DOCE
RUA GERALDO PEREIRA

CIC/CNPJ 31.800.683/0001-95

- CENTRO

- COLATINA

/ES - Cep: 20700-130

SACADOR(A) VALISTA

COD DE BAIXA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



FICHA DE COMPENSAÇÃO - RVA



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

TED Hoje

DADOS DO REMETENTE

Nome.....: S M COMUNICACOES LTD
Agencia.....: 108-Praia Do Canto
Conta.....: 12.886.792
Tipo de Conta.: Conta Corrente
CPF/CNPJ.....: 02.399.641/0004-39

DADOS DO DESTINATARIO

Nome.....: SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUS?O
Banco.....: 356-Banco Abn Amro Real S.A.
Agencia.....: 0442-Vitoria-Av.Princesa Isabel
Conta.....: 3730138
Tipo de Conta.: Conta Corrente
CPF/CNPJ.....: 27.434.901/0001-48

DADOS DA TRANSACAO

Dt.Agendamento: 06/10/2011
Valor.....: R\$20,47
Titularidade..: Titularidade Diferente
Finalidade.....: 99999
Identificador..: REDESIM
Protocolo.....: 38514412
Historico.....: FG
Situacao.....: Enviada

=====
Registro: 06/10/2011 10:10:38 /local/home/tef/d/20111006/salt101.
Emissao.: 10/10/2011 12:00:13

CAIXA

GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU

Vencimento 29/04/2011
 Exercício 2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Codigo da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição		
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>	(=) Valor do Documento 39,97
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(-) Desconto/Abatimento		
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 1.199,00	(-) Outras Deduções		
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(+/-) Mora/Multa		
		(+/-) Outros Acréscimos		
		(=) Valor Cobrado 39,97		

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 2 49520000003997

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 39,97	Data Vencimento 29/04/2011	Exercício 2011
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 2 49520000003997

Local de Pagamento					Vencimento 29/04/2011
Cedente SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 30/03/2011	Número do Documento 01250320111	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 30/03/2011	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2011	Carteiras SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 39,97
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2º mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 39,97
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					SN PEDRO CANARIO ES

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



EMPRESA - 0125

RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Ref.: 03/2011

Vencto.:

Folha 0001

018-SINTEXTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES

Endereco: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59

Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO

CEP: 29010-250 Município: VITORIA

UF: ES

CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1

Tel:

Usuário: S.N. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO

Endereco: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN

Compl.: Bairro: CENTRO

CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO

CNPJ: 02.399.541/0004-39 I.Est.:

CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO

Fls.: 26

Rubrica:

UF: ES

Tel: 21044206

Cód.-Nome	PIS	CPF		Função	Cart.Prof.	Admissão
		Salário Base	Base Cálculo			
00002-FABIO MELO SANTANA	13150152290	949.952,065-15 545,00	LOCUTOR 654,00	0072769.00027-ES	21,80	01/07/2005
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA	16381360705	037.814.655-60 545,00	Locutor de rádio 545,00	09949323.00010-BA	18,17	03/05/2010
2	Funcionário(os) Impresso(os)	Total		1.090,00	1.199,00	39,97



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 2 49520000003997
Dt.Vencimento: 29/04/2011

Dt.Agendamento: 29/04/2011
Valor: R\$39,97
Protocolo: 35187548
Historico : SINTERTES
=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 18/04/2011 15:30:07 /local/home/tef/d/20110418/salt347.
Emissao.: 09/05/2011 16:00:39



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2010	2010



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES 000167			Código da Entidade Sindical 000.000.264.01601-7	
Endereço R ALBERTO O SANTOS 59 S 1111	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento		
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 21,62	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 648,71	(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 1	(+/-) Mora / Multa		
			(+/-) Outros Acréscimos		
			PRT (=) Valor Cobrado		

104-0 | 10499.70161 01617.702392 96410.004012 1 45880000002162

Código do Cedente 000.000.264.01601-7	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 21,62	Data Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010
Autenticação Mecânica				



104-0 | 10499.70161 01617.702392 96410.004012 1 45880000002162

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2010
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 0167 / 000.000.264.01601-7
Data do Documento 22/04/2010	Número do Documento 201001688848	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 22/04/2010	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2010)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 21,62
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

F

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO
ROD BR 101 NORTE KM 17 - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

EMPRESA - 0125		RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		Ref.: 03/2010		Vencto.:		Folha 00001	
018-SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA					
Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59				Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN					
Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO				Compl.: Bairro: CENTRO					
CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES				CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO UF: ES					
CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:				CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: Tel: 21044206					
CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO									
Cód.-Nome	PIS	CPF	Função	Cart.Prof.	Admissão				
		Salário Base	Base Cálculo	Sindical					
00002-FABIO MELO SANTANA	13150152290	949.952.065-15	LOCUTOR	0072769.00027-ES	01/07/2005				
		540,59	648,71	21,62					
1	Funcionário(os) Impresso(os)	Total	540,59	648,71	21,62				



#



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 1 45880000002162
Dt.Vencimento: 30/04/2010

Dt.Agendamento: 30/04/2010
Valor: R\$21,62
Protocolo: 28877707
Historico : SIND.TRAB.RADIO SM P.CAN
=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 26/04/2010 18:48:51 /local/home/tef/d/20100426/salt082.
Emissao.: 03/05/2010 15:09:50



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2009
Exercício
2009



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES 000167		Código da Entidade Sindical 000.000.264.01601-7	
Endereço R ALBERTO O SANTOS 59 S 1111	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento SN	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 4	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 2.270,40	(-) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 4	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 42230000007568

Código do Cedente 000.000.264.01601-7	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 75,68	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 42230000007568

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2009
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 0167 / 000.000.264.01601-7
Data do Documento 29/04/2009	Número do Documento 200901753502	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 29/04/2009	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2009)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 75,68
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					PRT (=) Valor Cobrado

Sacado:

SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO
ROD BR 101 NORTE KM 17, SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 3 42230000007568
Dt.Vencimento: 30/04/2009

Dt.Agendamento: 30/04/2009
Valor: R\$75,68
Protocolo: 23332322
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 30/04/2009 12:19:53 /local/home/tef/d/20090430/salt733.
Emissao.: 04/05/2009 10:41:27

» Remessa de Títulos - Confirmação

Abaixo estão listadas as remessas selecionadas com a situação da confirmação (ver legenda).

Situação de Contas Solidárias

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso
- ☒ Erro na Remessa

Situação de Contas Não-Solidárias

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso e Autorizada pelos dois CPFs Transmitidos
- ☒ Remessa Pendente Aguardando Autorização do segundo CPF Transmitido
- ☒ Erro na Remessa

REMESSA	DATA	QTD. DOCUMENTOS	VALOR	MEI
<input checked="" type="checkbox"/> 000456	16/04/2009	0001	14.724,58	Autorizado

COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO FISTEL



R



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▼

BOM DIA
JOSE MARIA VALLADARES GAUDIO

Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SM COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:54:40 do dia 10/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

✱



#

CERTIDÃO DE REGULARIDADE RELATIVO AO INSS



A small, stylized handwritten mark or signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 001552013-07001641

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 12/09/2013.

Válida até 11/03/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE
RELATIVO AO FUNDO DE
GARANTIA DO TEMPO DE
SERVIÇO - FGTS**



#

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02399641/0004-39
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Nome Fantasia: SM COMUNICACOES
Endereço: ROD BR 101 NORTE 100 KM 17 / CENTRO / PEDRO CANARIO / ES / 29970-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/10/2013 a 05/11/2013

Certificação Número: 2013100710190373139516

Informação obtida em 10/10/2013, às 10:09:49.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

#

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02399641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Nome Fantasia: SM COMUNICACOES
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/10/2013 a 05/11/2013

Certificação Número: 2013100710190373139516

Informação obtida em 10/10/2013, às 10:08:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

#



**CERTIDÃO CONJUNTA
NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DIVÍDA ATIVA DA
UNIÃO EXPEDIDA PELA
RECEITA FEDERAL**

F



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:36:29 do dia 03/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2014.

Código de controle da certidão: **D0BD.93A5.4939.A0AF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinatura]



**PROVA DE REGULARIDADE
PARA COM A FAZENDA
ESTADUAL DA SEDE DA PESSOA
JURÍDICA INTERESSADA**

[Handwritten mark]



Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 2013390665

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.399.641/0001-96

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à; Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/10/2013**, válida até **06/01/2014**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço www.sefaz.es.gov.br ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08 de Outubro de 2013.

Autenticação eletrônica: **237D1.FFC0.0C387**

[Handwritten signature]



**PROVA DE REGULARIDADE
PARA COM A FAZENDA
MUNICIPAL DA SEDE DA PESSOA
JURÍDICA INTERESSADA E DO
LOCAL DE PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO**

#



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANARIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO



Certidão Negativa de Débitos Municipais

Nro.: 0000280 / 2013

Crc 0011304

Razão Social/Nome S M COMUNICACOES LTDA EPP

CNPJ / CPF 02.399.641/0004-39

Inscrição Estadual/RG

Endereço 29.970--000 - RUA BR 101, 0 KM 17

Bairro CENTRO Cidade PEDRO CANARIO Estado ES

Requerente: S M COMUNICACOES LTDA EPP

Finalidade: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

Número do Processo: 3910

A Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES, em conformidade com o Art. 698 da Lei Municipal nº 005/2005 - Código Tributário Municipal c/c o disposto no Art. 205 da Lei Federal nº 5172/66 - Código Tributário Nacional, certifica que o contribuinte, acima identificado, em relação ao objeto da Certidão, encontra-se em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal.

A presente Certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos incisos I a IX do Art. 149 do Código Tributário Nacional. Tendo eficácia, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

Obs: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

PRAZO DE VALIDADE : 60 (SESSENTA) DIAS

EMIÇÃO: 26/09/2013

Alex Nascimento
Tributação
Matr. 3545

AUTORIDADE COMPETENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Certidão Negativa de Débitos

Nº 0000724 / 2013

CERTIFICA: Para os devidos fins, atendendo petição protocolada sob o número **4115/13**, de segunda-feira, 7 de outubro de 2013 que:

SM COMUNICAÇÕES LTDA

Situada/Residente:

Praça Coronel Renato Freire, Nº 50 - Centro - Pinheiros - ES - CEP:

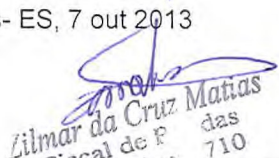
Devidamente Inscrita sob o CNPJ nº: 02399641000196

Se encontra sem pendências junto a esta municipalidade, até a presente data, ressaltando o direito de cobrar débitos que venham a ser apurados posteriormente à expedição desta Certidão, que decorram descumprimento de disposição, concernentes à incidência e lançamentos de tributos.

Observação:

VALIDADE = 7 nov 2013

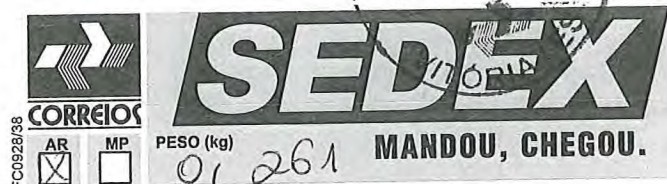
Pinheiros- ES, 7 out 2013


Zilmar da Cruz Matias
Fiscal de F. 710
Diretoria de Tributação, Fiscalização,
Arrecadação e Cadastro

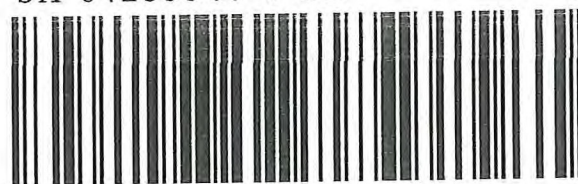
Protocolo Geral do Ministério das Comunicações

Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios
Bloco "R" - Térreo
Brasília - DF
CEP.: 70.044-900

AR



SA 64253363 9 BR



Ministério das Comunicações - SCF
Rubrica
Fis. 441

José Maria Valente Gomes
Avenida Vitoria, 3144 - Bairro Fátima
Vitoria - ES - CEP: 29.050-800

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

MANDOU, CHEGOU.



**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Tecnico de Nivel**, em 16/12/2014, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0287718** e o código CRC **33D6366F**.

[Menu Principal](#) ▼Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: ES

Município: Pedro Canário

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

SM COMUNICACOES LTDA

Pedro Canário

06/02/2004

06/02/2014

Usuário: -

Data: 06/01/2015

Hora: 17:22:32

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

SM COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 915.624.657-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 06/01/2015

Hora: 17:26:56


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 113.555.857-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 705.031.507-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 06/01/2015

Hora: 17:27:38

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.059488/2013-71		
Entidade: SM COMUNICACOES LTDA		
Localidade: PEDRO CANÁRIO	UF: ES	Serviço: FM
Período: 06/02/2014 a 06/02/2024		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			02
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			05
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			04
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			07/14
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			16/32
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			34
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			37
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			40
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			42
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			44

11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			46/47
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.	
Análise:	DATA
Analista: Patrick Cardoso Cargo: Analista	06/01/2015

NOTA TÉCNICA Nº 268/2015/SEI-MC

Processo n.: 53000.059488/2013-71

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da S.M. COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Pedro Canário, estado de Espírito Santo, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 06/02/2014 a 06/02/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto e aos ditames previstos no Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU que aprovou com ressalvas o Parecer 52/2014/DPL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0311176), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 08/01/2015, às 09:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Atos Societários substituto**, em 08/01/2015, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 09/01/2015, às 11:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. N° de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0311178** e o código CRC **8A95165F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 296/2015/SEI-MC

Brasília, 06 de janeiro de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.
Rua Elesbão Linhares, nº15, salas 201/202, Shopping Day by Day, Bairro do Canto,
29.055-340 Vitória-ES

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.059488/2013-71**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 268/2015/SEI-MC , com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 09/01/2015, às 11:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0311181** e o código CRC **64D0E6BB**.

OF: 296/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
S.M COMUNICAÇÕES LTDA
RUA ELESBÃO LINHARES, Nº 15, SALAS 201/202, SHOPPING DAY BY
DAY – BAIRRO DO CANTO CEP: 29.055-340 VITÓRIA/ES
PROC.: 53000.059488/2013
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR <input type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg)	
JG 08951968 1 BR			
			



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JG 08951968 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO CEELECOM)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 296/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
S.M COMUNICAÇÕES LTDA
RUA ELESBÃO LINHARES, Nº 15, SALAS 201/202, SHOPPING DAY BY
DAY - BAIRRO DO CANTO CEP: 29.055-340 VITÓRIA/ES
PROC.: 53000.059488/2013
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

30 / 1 / 15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTPaulo Signe
Mat. 826

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / LOCAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JG 08951968 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS DO N.º DE REGISTRO DO EXPEDIENTE)

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div data-bbox="605 289 862 335"></div> <div data-bbox="705 377 719 403">:</div> <div data-bbox="833 377 862 403">h</div>	<div data-bbox="883 289 1140 335"></div> <div data-bbox="976 377 991 403">:</div> <div data-bbox="1105 377 1133 403">h</div>	<div data-bbox="1162 289 1419 335"></div> <div data-bbox="1255 377 1269 403">:</div> <div data-bbox="1383 377 1412 403">h</div>
---	--	---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério das Comunicações
Serviços de Comunicação Eletrônica
Exploração dos Serviços de Comunicação Eletrônica
Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-000 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.399.641/0001-96 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão n°: 142239759/2017

Expedição: 21/12/2017, às 10:36:16

Validade: 18/06/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE		NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2017** às **10:38:58** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SM COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ : 02.399.641/0001-96
ENDEREÇO : PRAÇA CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50, 2º ANDAR, CENTRO – PINHEIROS/ ES.
CEP : 29.980-000

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	DESPACHO	
		Nº	DATA
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 113.555.857-40	SÓCIO DIRIGENTE	204	10/09/2009
PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E LICENCIAMENTO**


FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SM COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ : 02.399.641/0001-96
ENDEREÇO : PRAÇA CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50, 2º ANDAR, CENTRO – PINHEIROS/ ES.
CEP : 29.980-000

QUADRO SOCIETÁRIO

DESPACHO Nº 204, de 10/09/2009.				
COTISTAS	COTAS	AÇÕES		VALOR
		ORD.	PREF.	REAIS
RONALDO RANGEL NUNES 705.031.507-97	49.000			49.000,00
EDIANA MARIA GOMES LOPES 915.624.657-91	441.000			441.000,00
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 113.555.857-40	490.000			490.000,00
TOTAL	980.000			980.000,00

1173-2

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	06/02/04
Página:	55
Seção:	3
ANOTADO POR: 	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SM
COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a SM COMUNICAÇÕES LTDA., CGC 02.399.641/0001-96, representada por seu Procurador, José Maria Valladares Gáudio, RG 322.445 – SSP/ES, CPF 557.864.137-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 15 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade do Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à SM Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 007/98-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



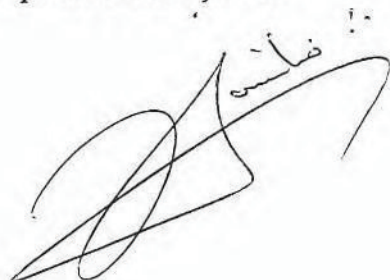
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.



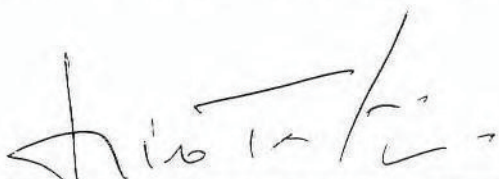
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.


Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO MANOEL PAES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JURACY MARDEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à MOMENTO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à MEDINA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ELECTRA VOX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAQUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RIO GRANDE DA SERRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BAILON LOPES CARNEIRO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

OM - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM -
FM - PEDRO CANÁRIO - canal 241
FM - PINHEIROS - OK
FM - ANCHIETA - OK

02.399.641/0001-96

Rua João Bento Silveiras, 306 - Centro -
São Mateus/ES - CEP: 29.930-000

canal 244

PUBLICADO NO DIÁRIO	
FOLHA DE 151 08 / 2001	
Página: 82	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Ally</i>	

PORTARIA Nº 430 , DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000302/98, Concorrência nº 007/98-SSR/MC, resolve:

Arquivo

Art. 1º Outorgar permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
PIMENTA DA VEIGA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS
UF ES		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/10/2020** às **10:26:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/09/2020 a 29/10/2020

Certificação Número: 2020093004011829979577

Informação obtida em 07/10/2020 10:26:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 06/02/2024
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES
Latitude: -18.29167 (18° 17' 30.0" S)	Longitude: -39.95667 (39° 57' 24.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 323733956						Número Indicativo: ZYL440					
Data Último Licenciamento: 01/10/2018						Número da Licença: 53500.039678/2018-45					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -18.29167 (18° 17' 30.0" S)				Longitude: -39.95667 (39° 57' 24.0" W)				Cota da base: 99.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: .100 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante: KMP - PIRELLI					
Comprimento da Linha: 60.00 m			Atenuação: 1.22 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50.00 ohms		
Antena Principal											
Modelo: GPV/02						Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA					
Ganho: 3.00 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: .00 °		Polarização: Vertical		HCl: 52.56 m		ERP Máximo: 0.17 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0.04	30°: 0.08	40°: 0.1	50°: 0.12	60°: 0.17	70°: 0.27	80°: 0.4	90°: 0.53	100°: 0.65	110°: 0.76
120°: 0.91	130°: 1.11	140°: 1.34	150°: 1.62	160°: 2.04	170°: 2.51	180°: 2.73	190°: 2.52	200°: 2.05	210°: 1.62	220°: 1.27	230°: 0.95
240°: 0.72	250°: 0.65	260°: 0.66	270°: 0.63	280°: 0.49	290°: 0.3	300°: 0.17	310°: 0.18	320°: 0.24	330°: 0.26	340°: 0.19	350°: 0.07
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.17 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

SM COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 113.555.857-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 705.031.507-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **07/10/2020**

Hora: **10:31:01**

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 915.624.657-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc](#) - Ricardo da Costa

Data: 07/10/2020

Hora: 10:29:34

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: ES

Município: Pedro Canário

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

SM COMUNICACOES LTDA

Pedro Canário

06/02/2004

06/02/2014

Usuário: **Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **07/10/2020**

Hora: **10:34:20**

Registro **1** até **1** de **1** registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:28:20 do dia 07/10/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/11/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53000.059488/2013-71			
Entidade: S. M. COMUNICAÇÕES LTDA.		CNPJ: 02.399.641/0001-96	
Executante do serviço de radiodifusão de FM		Localidade: Pedro Canário	UF: ES
Validade da Outorga: Vencida		Período: 06/02/2014 a 06/02/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4-8 (5955556)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	-
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	16-17 (0404441) simplificada
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	-

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	1 (5955550)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Fed. 45 (0287717)
			Est. 47 (0287717)
			Mun. 49-50 (0287717)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	10 (5955556)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	40 (0287717) 2 (5955550)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo da Costa CARGO: Engenheiro	07.10.2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4283/2020/SEI-MCOM

Processo nº 53000.059488/2013-71

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **S.M. COMUNICAÇÕES LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário, estado da Espírito Santo, referente ao seguinte período: **06/02/2014 a 06/02/2024**.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Não obstante, verificou-se que a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão, face as recentes alterações legislativas.

4. Nesse sentido, cabe mencionar que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

5. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

5.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

5.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

5.3. **certidão** emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o **histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade**;

5.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (**assinados pelo profissional de**

contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

5.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.6. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/10/2020, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5955675** e o código CRC **853E56A5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 6027/2020/MCOM

Brasília, 07 de outubro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)
Praça Coronel Renato Freire, nº 50 / 2º andar - Centro
29.980-000 Pinheiros/ES

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.059488/2013-71.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4283/2020/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5955740), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/10/2020, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5955725** e o código CRC **CB65C5A0**.

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Data de Envio:

29/01/2021 14:22:08

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

Para:

joaoresegue@redesim.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: S. M. COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Requerimento_5955740_002_Modelo_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_MC_2020_sem_laudo.pdf

Oficio_5955725.html

Nota_Tecnica_5955675.html

Data de Envio:

12/02/2021 11:51:47

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mctic.gov.br

Assunto:

Consulta de Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADO: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

À Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU,

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário/ES, referente ao seguinte período: **06/02/2014 a 06/02/2024**.
2. Tendo em vista que às fls. 102-103 (evento SEI nº 6491120) foi apresentada a alteração contratual/certidão da junta comercial cujo quadro societário/diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta, remeto o feito à Coordenação de Pós-Outorgas, para adoção das providências cabíveis.
3. Após, retornem os autos para a Coordenação de Renovação de Outorga - CORRC, para o prosseguimento da análise.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 17/02/2021, às 18:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6510876** e o código CRC **A75C1545**.

Zimbra**corrc@mctic.gov.br**

Re: Consulta de Pena de Cassação

De : cgfm@mctic.gov.br

Qua, 17 de fev de 2021 09:38

Assunto : Re: Consulta de Pena de Cassação**Para :** MCOM <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga.

At.te,

Wagner

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corrc@mctic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 11:51:47

Assunto: Consulta de Pena de Cassação

Processo nº 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Pós-Outorga

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71.

INTERESSADA: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: DIVERGÊNCIA QUADRO SOCIETÁRIO/DIRETIVO.

1. Em atendimento à solicitação contida no Despacho CORRC s/nº (SE6510876), servimo-nos do presente para informar que a regularização societária/diretiva da Entidade em questão está sendo promovida nos autos do processo nº 01250.002574/2018-71.
2. Prestadas as informações acima, restituo o feito à **Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial - CORRC**, para adoção das medidas subsequentes.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Falcunery dos Santos, Assistente Técnico**, em 24/11/2021, às 10:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Pós-Outorgas**, em 24/11/2021, às 10:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8568695** e o código CRC **F028FCEF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS
UF ES		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/09/2022** às **07:27:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2022 a 08/10/2022

Certificação Número: 2022090901285856626263

Informação obtida em 13/09/2022 07:29:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão nº: 30134863/2022

Expedição: 13/09/2022, às 07:25:34

Validade: 12/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S M COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:35:27 do dia 06/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/03/2023.

Código de controle da certidão: **1EE1.2EAE.ECB8.DB29**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.399.641/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	S M COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO JORGE RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/09/2022 às 07:28 (data e hora de Brasília).



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
Estado do Espírito Santo

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NUMERO 4437 / 2022

Certifico : para os devidos fins que:

Sm Comunicações Ltda

CPF/CNPJ nº: **02.399.641/0001-96**

Nº - - - CEP:

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do cadastro de pessoa jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço <http://www.pedrocanario.es.gov.br/>

Observação:

Certidão Emitida em: 13/09/2022 , Valida até: 12/11/2022

Chave de Validação WEB: 3ae54956

Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES, 13/09/2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20220000820388

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.399.641/0001-96

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **21/09/2022**, válida até **20/12/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 21/09/2022.

Autenticação eletrônica: **0024.A835.EF90.BBE9**



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP			CNPJ 02399641000196	
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.	DISTRITO	
BAIRRO	MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/02/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 96.1 MHz CANAL: 241

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 67.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL440

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Pedro Canário

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 16.9 BAIRRO: .

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

NUMERO: S/N COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 2.20 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos MODELO: TEC114

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: 0.300 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPV/02

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena Dipolo - 2 elementos (G

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52.56 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:


RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/09/2022 07:39:29

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/08/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDlyNjMyMDVhZTA5ZDBIMA==	
-----------	--------------------------	--	---

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°47'03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°46'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°45'48'54.59" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°45'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°44'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°44'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'18.67" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°18'11'5.29" S Lon 39°59'56.8" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 9'24.79" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 8'40.71" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 39°58'3.81" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.399.641/0001-96											
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEQUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 705.031.507-97											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:34:34**

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 915.624.657-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:33:52**

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:32:11**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	ES	Município:	Pedro Canário
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SM COMUNICACOES LTDA	Pedro Canário	06/02/2004	06/02/2014
Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa Data: 13/09/2022 Hora: 07:40:50			
Registro 1 até 1 de 1 registros		Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>	
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel	

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:31:37 do dia 13/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 13407/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADO: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da S.M. COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Pedro Canário/ES, referente ao seguinte período: 06/02/2014 a 06/02/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4283/2020/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 6027/2020/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI5955675 e 5955725). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.003428/2021-16, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPNÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 23/09/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/09/2022, às 15:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394358** e o código CRC **DF1549F0**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 22791/2022/MCOM

Brasília, 23 de setembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S.M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)
Praça Coronel Renato Freire, nº 50 / 2º andar - Centro
29.980-000 Pinheiros/ES

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53000.059488/2013-71.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 13407/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/09/2022, às 15:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394376** e o código CRC **2BBA934F**.

Anexos:

- NOTA TÉCNICA 13407 (10394358)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22791/2022/MCOM - Processo nº 53000.059488/2013-71 - Nº SEI: 10394376

Data de Envio:

26/09/2022 09:26:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

joaoresegue@redesim.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10394376.html

Nota_Tecnica_10394358.html

Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 |  Atualizar |  Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	02399641000196	SM COMUNICACOES LTDA	50011268867	P	Comercial	FM	230	ES	Pedro Canário

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°47'03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°46'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°45'48'54.59" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°45'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°44'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°44'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'4.65" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP				CNPJ 02399641000196	
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.				DISTRITO	
BAIRRO				MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/02/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 96.1 MHz CANAL: 241

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 67.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL440

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Pedro Canário

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 16.9 BAIRRO: .

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

NUMERO: S/N COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 2.20 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos MODELO: TEC114

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: 0.300 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPV/02

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena Dipolo - 2 elementos (G

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52.56 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 11/09/2023 15:27:01

APLICAÇÃO

Emitido Em
24/08/2022

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjRkYmU5OTE4YzhhMA==>





Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.399.641/0001-96									
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:28:54



BOA TARDE
Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		915.624.657-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:29:19



BOA TARDE

Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾


SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...


Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		705.031.507-97									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário



BOA TARDE

Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.399.641/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:30:11



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:27:49 do dia 11/09/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/10/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

BOA TARDE
Daniel Teodoro Colouna de AbreuSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Extrato de Lançamentos > | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

Nº FISTEL: 50011268867

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02399641000196

Situação: Ativa

Data Validade: 06/02/2014

+ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Praça Coronel Renato Freire 50 - 2 andar

Bairro: Centro

Município: Pinheiros

CEP: 29980-000

UF: ES

End. Corresp.: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202 15 SHOPPING DAY BY DAY

Bairro: PRAIA DO CANTO

Município: Vitória




CEP: 29055-340

UF: ES

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2005	04/10/2005	R\$ 75.000,00	04/10/2005	75.000,00	75.000,00	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	02/01/2006	R\$ 200,00	02/12/2005	200,00	200,00	0002 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	04/06/2015	R\$ 1.000,00	02/06/2015	1.000,00	1.000,00	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0004 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0005 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2016	07/06/2016	R\$ 3.358,44		0,00	0,00	0006 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0007 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0008 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00

								 Histórico do Lançamento		
								0010		
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0011		
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0012		
8766 - TFI	1	2018	03/10/2018	R\$ 1.000,00	27/09/2018	1.000,00	1.000,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0013		
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0014		
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0017		
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0018		
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0019		
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	29/03/2021	330,00	330,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0020		
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0021		
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0022		
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	14/04/2022	50,00	50,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0023		
8766 - TFI	1	2022	25/09/2022	R\$ 2.000,00	22/08/2022	2.000,00	2.000,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0024		
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	16/03/2023	660,00	660,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
								0025		
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	14/03/2023	100,00	100,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
Total devido em 11/09/2023 (em reais):										0,00
Total de créditos em 11/09/2023 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação										
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)										
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)										
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança										
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado										
RJ - Lançamento com Recurso Judicial										
RN - Lançamento com Recurso Denegado										
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União										

CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 23 de 23 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie a atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR	
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.399.641/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	S M COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO JORGE RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou consultar o RFB.

Emitido no dia 11/09/2023 às 15:31 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2023 a 04/10/2023

Certificação Número: 2023090507141142254029

Informação obtida em 11/09/2023 15:32:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão nº: 47703790/2023

Expedição: 11/09/2023, às 15:32:58

Validade: 09/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S M COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:15:04 do dia 10/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/04/2024.

Código de controle da certidão: **83B3.2DF4.C1DB.955F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Prefeitura Municipal de Pinheiros

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO 2023/0002596

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
SM COMUNICAÇÕES LTDA

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 02.399.641/0001-96
Praça CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50 , CENTRO PINHEIROS - ES, CEP 29980-000

Se encontra sem pendencias junto a esta municipalidade, ate a presente data, ressalvando o direito de cobrar debitos que venham a ser apurados posteriormente a expedicao desta Certidao, que decorram descumprimento de disposicao, concernentes a incidencia e lancamentos de tributos.

Se encontra sem pendencias junto a esta municipalidade, ate a presente data, ressalvando o direito de cobrar debitos que venham a ser apurados posteriormente a expedicao desta Certidao, que decorram descumprimento de disposicao, concernentes a incidencia e lancamentos de tributos. .

Chave de validação da certidão: 20230002596

Validade:30 dias

Emitida Terça-Feira, 10 de Outubro de 2023

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

11/09/2023 16:23:41

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53000.059488/2013-71**Inez Joffily França**

Ter, 12/09/2023 08:31

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 11 de setembro de 2023 16:23**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Estações

05181977197

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar														
Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕	Local Especifico ↕	Canal ↕	Dec ↕	Frequência
<div>Visualizar em PDF</div> <div></div> <div></div>	FM-C4 (Canal Licenciado)	02399641000196	SM COMUNICACOES LTDA	50011268867	P	Comercial	FM	230	ES	Pedro Canário		241		96.1

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°5'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°5'4'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°5'3'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'1.16" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°5'1'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°5'1'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°5'0'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°4'8'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°4'39'48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°4'8'47.03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°4'8'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°4'4'49'4.65" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°4'9'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°4'48'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°4'8'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°18'22'5.97" S Lon 39°50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°18'23'6.93" S Lon 39°51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°18'24'2.19" S Lon 39°53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 39°54'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 39°55'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 39°56'4.58" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°18'24'4.65" S Lon 39°58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 39°5'9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 39°5'9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18'4.8" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°18'15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°18'12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°18'11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 39°59'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 39°58'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento											

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP				CNPJ 02399641000196
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.	DISTRITO		
BAIRRO	MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		06/02/2024	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Pedro Canário	UF:	ES
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	96.1 MHz	CANAL:	241
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	67.2
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:		ZYL440	
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:		Pedro Canário	
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rodovia BR 101 KM 16.9	BAIRRO:	.
MUNICÍPIO:	Pedro Canário	UF:	ES
NUMERO:	S/N	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR		BAIRRO:	
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:		Principal	
TIPO:		Omnidirecional	
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG5000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	2.20 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	MODELO:	TEC114
CÓDIGO:	006350300345	POTÊNCIA:	0.300 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA	MODELO:	GPV/02
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3.00 dBd
DESCRIÇÃO:	Antena Dipolo - 2 elementos (G	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	52.56 m	BEAM TILT:	.00 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP - PIRELLI	MODELO:	LCF 7/8
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:01:51 do dia 10/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **ANDRE LUIS TELES GHILLIONI**

Data/Hora: **10/10/2023 11:02:37**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

Nº FISTEL: 50011268867

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02399641000196

Situação: Ativa

Data Validade: 06/02/2014

CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Praça Coronel Renato Freire 50 - 2 andar

Bairro: Centro

Município: Pinheiros

CEP: 29980-000

UF: ES

End. Corresp.: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202 15 SHOPPING DAY BY DAY

Bairro: PRAIA DO CANTO

Município: Vitória

CEP: 29055-340

UF: ES

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2005	04/10/2005	R\$ 75.000,00	04/10/2005	75.000,00	75.000,00	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	02/01/2006	R\$ 200,00	02/12/2005	200,00	200,00	0002	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	04/06/2015	R\$ 1.000,00	02/06/2015	1.000,00	1.000,00	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0004	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0005	Quitado	0,00
1660	0	2016	07/06/2016	R\$ 3.358,44		0,00	0,00	0006	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	0011	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	03/10/2018	R\$ 1.000,00	27/09/2018	1.000,00	1.000,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	29/03/2021	330,00	330,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	14/04/2022	50,00	50,00	0022	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	25/09/2022	R\$ 2.000,00	22/08/2022	2.000,00	2.000,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	16/03/2023	660,00	660,00	0024	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	14/03/2023	100,00	100,00	0025	Quitado	0,00

Total devido em 10/10/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 10/10/2023 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita


Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir


Exportar Excel



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.399.641/0001-96									
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES	139.895.577-93	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 10/10/2023

Hora: 11:08:09



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		139.895.577-93									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES	139.895.577-93	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONISistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 10/10/2023

Hora: 11:08:49



BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta


Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.399.641/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI Data: 10/10/2023 Hora: 11:09:07

1173-2

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	06/02/04
Página:	55
Seção:	3
ANOTADO POR: 	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SM
COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO.

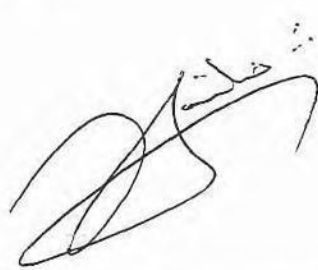
Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a SM COMUNICAÇÕES LTDA., CGC 02.399.641/0001-96, representada por seu Procurador, José Maria Valladares Gáudio, RG 322.445 – SSP/ES, CPF 557.864.137-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 15 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade do Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à SM Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

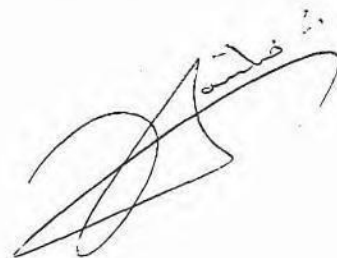
Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 007/98-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
 - submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
 - iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- 

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

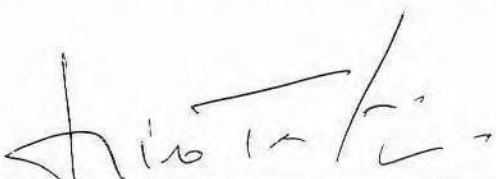
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.


Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO MANOEL PAES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejão, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JURACY MARDEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à MOMENTO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à MEDINA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ELECTRAX VOX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAQUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RIO GRANDE DA SERRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BAILON LOPES CARNEIRO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

OM - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM -
FM - PEDRO CANÁRIO - canal 241
FM - PINHEIROS - OK
FM - ANCHIETA - OK

02.399.641/0001-96

Rua João Bento Silveiras, 306 - Centro -
São Mateus/ES - CEP: 29.930-000

canal 241

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 15/08/2001	
Página: 82	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Alb</i>	

PORTARIA Nº 430 , DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000302/98, Concorrência nº 007/98-SSR/MC, resolve:

Arquivo

Art. 1º Outorgar permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
PIMENTA DA VEIGA

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

[Home](#) > [Simples](#) > [Comple...](#)

✓ Documento com assinaturas válidas

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: DECLARAA_A_ES_exigencia_PKO.pdf

Hash: a66df81f7f1f46758c2a16d8b1cc1736acaacc0014abcd21e12b5e3e139bf04d

Data da validação: 10/10/2023 15:41:04 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: JOAO JORGE RESEGUE LOPES

CPF: ***.555.857-**

Nº de série de certificado emitente: 1522251880559618000

Data da assinatura: 27/09/2022 15:25:38 BRT



Foram encontrados certificados expirados. Verifique o relatório de conformidade

ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o ITI não se responsabiliza por qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas

[Visualizar relatório de conformidade](#)

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

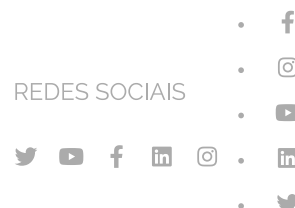
Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.

[Avaliar](#)

ACESSO RÁPIDO

[Validar](#)[Sobre](#)[Dúvidas](#)[Informações](#)[Fale Conosco](#)

REDES SOCIAIS



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53000.059488/2013-71**Entidade:** SM COMUNICAÇÕES LTDA.**CNPJ nº:** 02.399.641/0001-96**FISTEL nº:** 50011268867**Localidade:** Pedro Canário/ES**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 11/10/2013**Período:** 06/02/2014 a 06/02/2024**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	0287717 Pág. 2 6491114 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10421999*	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421999*	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421999*	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Págs. 11-16	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421998	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Pag. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11106723 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11106723 Pág. 5 E 10394341 Pag. 7 M 11106723 Pág. 6	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11106723 Pag. 5 FGTS 11106723 Pag. 3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11106723 Pag. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 10422000 CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES 10422001	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Pag. 5	- Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.	
12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	11158349 Págs. 7-10	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11108049	- Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	() Sim () Não (X) Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
---	--	-----	--	--

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11106727** e o código CRC **786969C9**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17970/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: SM COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SM Comunicações LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 02.399.641/0001-96** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50011268867** referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de

serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **SM Comunicações LTDA** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 2001 e Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2003 (SUPER 11158520 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de fevereiro de 2004 (SUPER 11158520 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de outubro de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0287717 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 6 de agosto de 2013 e 6 de novembro de 2013.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11106727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11106727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 10 de outubro de 2023 (SUPER 11158349 - Págs. 11-16).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Cachoeiro de Itapemirim/ES, **Pedro**

Canário/ES, Pinheiros/ES, Anchieta/ES, Mantena/MG e Vila Velha/ES, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, em âmbito regional, na localidade de Baixo Guandu/ES; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ademais, não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador João Jorge Resegue Lopes e o sócio Carlos Eduardo Boromeu Resegue Lopes não compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER11158349 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11108049).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11106727).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2022, com validade até 6 de fevereiro de 2024 (SUPER 11158349 - Págs. 1 e 5).

20. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 10 de outubro de 2023 (SUPER11158349 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11158349 - Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER11158583) e de Exposição de Motivos (SUPER 11158585), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158530** e o código CRC **3D0E4D8D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11158583)
- Minuta de Exposição de Motivos (11158585)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158583** e o código CRC **7C43A65A**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42775/2023/MCOM

Brasília, 16 de outubro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM (11158530)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM (11158530), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SM Comunicações LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 02.399.641/0001-96**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50011268867** referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 16/10/2023, às 16:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11164673** e o código CRC **F182830D**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.059488/2013-71

INTERESSADOS: SM COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 20 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000059488201371 e da chave de acesso a41ddb0a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314985119 e chave de acesso a41ddb0a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-10-2023 09:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53000.059488/2013-71**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao **Departamento de Radiodifusão Privada** para conhecimento da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU1(175532), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/10/2023, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11176604** e o código CRC **11D83510**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Referência: Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175532)

Interessado: S.M. Comunicações LTDA.

Assunto: Renovação de outorga . Consulta Conj. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175532), e providências cabíveis.

Brasília, 24 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 24/10/2023, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11180601** e o código CRC **87DDA689**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **S M COMUNICACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **02.399.641/0001-96**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:06:39 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ACyYLxio9k7HwrWTjZHO

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistem parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: SM COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio da Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 42.775/2023/MOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela SM Comunicações Ltda (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024. Para tanto, os autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídica (SUPER 11158530 e 11164673).
2. Ocorre que, neste íterim, a referida unidade consultiva exarou o Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, recomendando a adoção daquela Manifestação Jurídica Referencial – MJR como parâmetro a ser utilizado na apreciação dos requerimentos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora (comercial), quando a análise técnico-administrativa não identificar a existência de óbice para o deferimento dos pedidos apresentados pelas concessionárias/permissionárias (SUPER 11184680).
3. Neste sentido, por meio da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para que seja verificada a possibilidade de aplicação da MJR ao caso concreto em tela (SUPER 11175532).
4. Assim, em atendimento às recomendações formuladas naquela MJR, faz-se necessária a complementação da mencionada Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM (SUPER 11158530).
5. A consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal revelou que a citada pessoa jurídica se encontra em situação regular junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Ademais, pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11106723 - Pág. 1).
6. Além disso, a consulta ao sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou que não consta nenhum registro em desfavor daquela pessoa jurídica perante Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (SUPER 11184679).
7. Reforça-se, ainda, que, após consulta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da supramencionada pessoa jurídica que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11108049).
8. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que a pessoa jurídica "atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantenha as mesmas condições dele decorrentes –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

9. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SUPER 11184680).**

10. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, e com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

11. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/10/2023, às 13:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184681** e o código CRC **DF66FA13**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (Parecer Referencial) (11184757)
- Minuta de Exposição de Motivos (11158585)

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/10/2023, às 13:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184757** e o código CRC **97CC29BD**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158585** e o código CRC **81A507E6**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/11/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187476** e o código CRC **871FEBDA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 27 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/11/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187482** e o código CRC **93A75EE7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43307/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10831/2023(11187476) e Exposição de Motivos nº 358/2023 (11187482)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho_DERAP 11184681), encaminho a Portaria nº 10831/2023(11187476) e Exposição de Motivos nº 358/2023 (11187482), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 01/11/2023, às 16:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187504** e o código CRC **7391D6CF**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 08/11/2023 14:51:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 9964671
Data prevista de publicação: 09/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21113627	PORTARIA MCOM NA 10831.rtf	9b352411b60c999cde45bacaf14496e7	8,00	R\$ 311,36
21113628	PORTARIA MCOM NA 10832.rtf	c09c3d437ee93d9c2d4b68f2d1f68c5a	8,00	R\$ 311,36
21113629	PORTARIA MCOM NA 10833.rtf	aac9eca57b5fd5c850edbbd1cfdbfbb6	8,00	R\$ 311,36
21113630	PORTARIA MCOM NA 10835.rtf	46ca94f8a54cf413677919f3efcfd6	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			32,00	R\$ 1.245,44

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/11/2023 | Edição: 213 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°47'03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°46'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°45'48'54.59" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°45'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°44'58'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°44'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'4.65" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000059488201371	10831	Portaria	MC	27/10/2023	09/11/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43877/2023/MCOM

Brasília, 10 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 358 (11187482)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10831/2023/SEI-MCOM (1206818), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 358 (11187482), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/11/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209963** e o código CRC **C4BD9FBC**.

Brasília, 13 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em 9 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33527/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.059488/2013-71.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 13/11/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11212619** e o código CRC **61BD41F7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.059488/2013-71**
Interessado: **SM COMUNICAÇÕES LTDA**
Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 48 (quarenta e oito) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 30/10/2013


MARIA IVAGNA F. MENDES REIS
Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/DEOC/SCE-MC

112 fm
206

219

Exmº Senhor

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA – DF



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 059488/2013-71

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

11/10/2013-14:51 - SDCOM

Senhor Ministro,

SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, por seu representante legal, abaixo assinado, requer a V. Exa., se digne a apreciar pedido de renovação, por novo período, da Permissão que lhe foi outorgada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em **frequência modulada** na localidade de **Pedro Canário – ES**.

Aproveitamos a oportunidade para juntar ao nosso requerimento documentos para instruir o processo.

Reafirmando nosso real interesse na **RENOVAÇÃO** da outorga, colhemos na oportunidade para renovar protestos de respeitoso apreço e distinta consideração.

Neste Termos

Pede Deferimento

Pedro Canário– ES, 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

CPF : 113.555.857-40/ES

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 13 de 13 às 14:30 horas
Assinatura: *Adilton Silva*



DECLARAÇÕES

F

DECLARAÇÃO



SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP , inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96 , **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada , na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, vem através de seu Sócio-Administrador, **JOÃO JORGE RESEGUE LOPES**, portador da carteira de identidade RG nº 1.770.239 SSP-ES e inscrito no CPF : 113.555.857-40, **DECLARAR** que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.

Pedro Canário – ES , 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

DECLARAÇÃO



SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP , inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96 , **Permissionária** do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada , na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, conforme Portaria de Outorga nº 430 de 07 de agosto de 2001, publicada no D.O.U de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542 de 15 de agosto de 2003, publicada no D.O.U de 18 de agosto de 2003, vem através de seu Sócio-Administrador, **JOÃO JORGE RESEGUE LOPES**, portador da carteira de identidade RG nº 1.770.239 SSP-ES e inscrito no CPF : 113.555.857-40, **DECLARAR** para todos os fins de direito , junto ao Ministério das Comunicações que :

- i) Não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada, e ;
- ii) Não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

Pedro Canário – ES , 10 de outubro de 2013

João Jorge Resegue Lopes

Sócio – Administrador

**CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVO AO
EMPREGADOR (OU COMPROVANTE DE
RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS)**





GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2013
Exercício
2013

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito PRAIA DO CANTO	CEP 29055-290	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA EPP		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento SN	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento

164,64

Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0 | 10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 55950000016464

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 164,64	Data Vencimento 31/01/2013	Exercício 2013
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 | 10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 55950000016464

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS LOTERICAS ATE O VALOR LIMITE E ATE O VENCIMENTO					Vencimento 31/01/2013
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8
Data do Documento 25/01/2013	Número do Documento 201300493695	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 25/01/2013	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2013)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 164,64
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE, JUROS 1% MAIS CORR MONET SELIC.					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

PRT

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA EPP
ROD BR 101 NORTE KM 17, SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

DATA:



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp
Mantena
Conta: 18.809.855
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 1 55950000016464
Dt.Vencimento: 31/01/2013

Dt.Agendamento: 31/01/2013
Valor: R\$164,64
Protocolo: 48724021
Historico : SINDICATO P. CANARIO
=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 29/01/2013 09:10:59 /local/home/tef/d/20130129/salt150.
Emissao.: 01/02/2013 15:00:30

**CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		31/01/2012		2012	
Endereço		Número		Complemento	
R FORTUNATO RAMOS				CNPJ da Entidade	
Bairro/Distrito		CEP		Cidade/Município	
PRAIA DO CANTO		29055-290		VITORIA	
UF		ES			

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SM COMUNICACOES LTDA EPP		02.399.641/0004-39	
Endereço		Número	
ROD BR 101 NORTE KM 17		SN	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
29970-000	CENTRO	PEDRO CANARIO	ES
Código Atividade		601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
152,84

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+/-) Mora / Multa

(+/-) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 7 52290000015284

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.800.89055-8	023996410004	152,84	31/01/2012	2012

Autenticação Mecânica

CARTÓRIO SARLO - REGISTRO CIVIL E TABELIONATO RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIÃO E OFICIAL Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400 Av. N. S. da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9500	
AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94 Vitória-ES, 18 de junho de 2013 - 16:39:09	
Geiziele de Jesus Benfica Pinheiro-ESCREVENTE Emolumentos R\$: 2,07 Taxas R\$: 0,35 Total R\$: 2,42 Selo : 024661.NSD1307.21629, consulte autenticidade em: www.tjes.jus.br	



EM BRANCO



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101

Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
31/01/2011	2011



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS, 30/115	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito	CEP 29055-290	Cidade/Município STA LUCIA/VIT.	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17 SN	Número	Complemento	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 142,22
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 48640000014222

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 142,22	Data Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

**104-0**

10499.78909 55617.702398 96410.004012 1 48640000014222

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 31/01/2011
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8
Data do Documento 26/01/2011	Número do Documento 201100455065	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 26/01/2011	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2011)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 142,22
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000 PRT					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA
ROD BR 101 NORTE KM 17 SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 1 48640000014222
Dt.Vencimento: 31/01/2011

Dt.Agendamento: 31/01/2011
Valor: R\$142,22
Protocolo: 33668846
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 28/01/2011 10:19:01 /local/home/tef/d/20110128/salt765.
Emissao.: 02/02/2011 15:14:12

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474Vencimento
31/01/2010 Exercício
2010

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000.000.800.89055-8	
Endereço R FORTUNATO RAMOS, 30/115	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito	CEP 29055-290	Cidade/Município STA LUCIA/VIT.	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17 SN	Número	Complemento	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 132,93	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+/-) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado	

104-0

10499.78909 55617.702398 96410.004012 3 44990000013293

Código do Cedente 000.000.800.89055-8	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA**104-0**

10499.78909 55617.702398 96410.004012 3 44990000013293

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 31/01/2010
Cedente SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 2042 / 000.000.800.89055-8
Data do Documento 29/01/2010	Número do Documento 201000618588	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 29/01/2010	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2010)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 132,93
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000 <i>Multa - 88% - 116,93</i> <i>Juro - 10% - 53,17</i>					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa <i>116,93</i>
					(+) Outros Acréscimos <i>53,17</i>
					(=) Valor Cobrado <i>303,08</i>
Sacado: SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO ROD BR 101 NORTE KM 17 SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES Sacador / Avalista:					

PRT

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp
Pinheiros
Conta: 12.951.786
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.78909 55617.702398
96410.004012 3 44990000013293
Dt.Vencimento: 31/01/2010

Dt.Agendamento: 01/02/2010
Valor: R\$132,93
Protocolo: 27554774
Historico : p.canario
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 01/02/2010 18:08:14 /local/home/tef/d/20100201/salt521.
Emissao.: 06/06/2013 10:26:44



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/01/2009

Exercício
2009

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIO TELEVISAO EST ES 001895		Código da Entidade Sindical 000 000.800.89055-5	
Endereço R FORTUNATO RAMOS	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 39.351.374/0001-97
Bairro/Distrito PRAIA DO CANTO	CEP 29055-290	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA EPP		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento SN	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES

Dados de Referência da Contribuição

Categoria <input checked="" type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 132,93
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.78909 55617.702398 96410.004012 8 41340000013293

Código do Cedente 000.000.800.89055-5	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 132,93	Data Vencimento 31/01/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CARTÓRIO SARLO - REGISTRO CIVIL E TABELIONATO RODRIGO SARLO ANTONIO - TABELIAO E OFICIAL Praça Costa Pereira, 30 - Centro - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-9400 Av. N. S. da Penha, 549 - Edifício Wilma - Santa Lúcia - Vitória / ES - Tel.: (0xx27) 2124-3506	
AUTENTICAÇÃO: Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original e autêntico-a nos termos do art. 7, V da Lei 8935/94 Vitória-ES, 18 de junho de 2013 - 16:39:09	
Geiziele de Jesus Benfica Pinheiro-ESCREVENTE Emolumentos R\$: 2,07 Taxas R\$: 0,35 Total R\$: 2,42 Selo : 024661.MSD1307.21631, consulte autenticidade em:www.tjes.jus.br	

EM BRANCO



CEP30841406201318624100455

**CERTIFICADO DE QUITAÇÃO DA
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, RELATIVO AO
EMPREGADO (OU COMPROVANTE DE
RECOLHIMENTO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS)**



F

CAIXA

GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU



Vencimento	Exercício
30/04/2013	2013

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS		Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112		CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48
Bairro/Distrito CENTRO		Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA		UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA				CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17		Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO		UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	(=) Valor do Documento 87,83
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 3		(-) Desconto/Abatimento
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 2.635,00		(-) Outras Deduções
	Total Empregados - Estabelecimento 3		(+) Mora/Multa
			(+) Outros Acréscimos
			(=) Valor Cobrado 87,83

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 5 56840000008783

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 87,83	Data Vencimento 30/04/2013	Exercício 2013
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 5 56840000008783

2º Via Documento do Banco

Local de Pagamento					Vencimento 30/04/2013	
Cedente SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1	
Data do Documento 27/03/2013	Número do Documento 01250320131	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 27/03/2013	Nosso Número 023996410004	
Uso do Banco EXERC 2013	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 87,83	
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(+) Desconto/Abatimento	
					(+) Outras Deduções	
					(+) Mora/Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado 87,83	
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista						

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



EMPRESA 0125	RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	Ref.: 03/2013	Venc.to.:
018-SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DC ES Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59 Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:		Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN Compl.: Bairro: CENTRO CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO	



Cód.-Nome	PIS	CPF Salário Base	Função Base Cálculo	Cart.Prof. Sindical	Admissão
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA	16381360705	037.814.655-60 800,00	Locutor de rádio 960,00	09949323.00010-BA 32,00	03/05/2010
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES	16551840885	022.332.635-61 715,00	Auxiliar de escri 715,00	02590399.00020-BA 23,83	01/09/2011
00013-DENIS PEREIRA AMANCIO	20661242107	132.208.677-07 800,00	Locutor de rádio 960,00	05563872.00030-ES 32,00	01/02/2013
3	Funcionário(os) Impresso(os)	T o t a l	2.315,00	2.635,00	87,83



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda - Epp
Conta: 21.047.972
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 5 56840000008783
Dt.Vencimento: 30/04/2013

Dt.Agendamento: 30/04/2013
Valor: R\$87,83
Protocolo: 50645595
Historico : SINDICATO
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 22/04/2013 15:45:19 /local/home/tef/d/20130422/salt790.
Emissao.: 02/05/2013 15:19:49

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical****Urbana - GRCSU**Vencimento
30/04/2012**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(=) Valor do Documento 48,93	
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 1.468,00	(-) Desconto/Abatimento	
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(-) Outras Deduções	
		(+) Mora/Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 48,93	

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 53190000004893

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 48,93	Data Vencimento 30/04/2012	Exercício 2012
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 53190000004893

Local de Pagamento					Vencimento 30/04/2012
Cedente SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 28/03/2012	Número do Documento 01250320121	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 28/03/2012	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2012	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 48,93
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 48,93
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					SN PEDRO CANARIO ES

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



» Remessa de Títulos - Confirmação

Abaixo estão listadas as remessas selecionadas com a situação da confirmação (ver legenda).

SITUAÇÃO DA REMESSA

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso
- ☐ Remessa Pendente de Autorização*
*Somente para Contas Não-Solidárias
- ☐ Erro na Remessa

	REMESSA	DATA	QTD. DOCUMENTOS	VALOR	MENSA
<input checked="" type="checkbox"/>	009956	05/03/2012	0009	3.020,57	Autorizado

[Voltar](#)

EMPRESA - 0125		RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		Ref.: 03/2012		Vencido.:		Folha 00001			
018-SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA							
Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59				Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN							
Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO				Compl.: Bairro: CENTRO							
CEP: 29010-250		Município: VITORIA		UF: ES		CEP: 29970-000		Município: PEDRO CANARIO		UF: ES	
CNPJ: 27.434.901/0001-48		Cód: 009.019.01601-1		Tel:		CNPJ: 02.399.641/0004-39		I.Est.:		Tel: 21044206	
				CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO							
Cód.-Nome		PIS		CPF		Função		Cart.Prof.		Processo	
				Salário Base		Base Cálculo		Sindical			
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA		16381360705		037.814.655-60		Locutor de rádio		09949323.00010-BA		03/05/2010	
				705,00		846,00		28,20			
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES		16551840885		022.332.635-61		Auxiliar de escri		02590399.00020-BA		01/09/2011	
				622,00		622,00		20,73			
2		Funcionário(os) Impresso(os)		T o t a l		1.327,00		1.468,00		48,93	





BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

-----BANESFACIL NET BANKING-----

Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 3 53190000004893
Dt.Vencimento: 30/04/2012

Dt.Agendamento: 30/04/2012
Valor: R\$48,93
Protocolo: 42585157
Historico : SINDICATO

=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 23/04/2012 14:34:55 /local/home/tef/d/20120423/salt681.
Emissao.: 04/05/2012 12:34:58





GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU

Vencimento
31/10/2011Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Código da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	(=) Valor do Documento	20,47
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto/Abatimento	
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 614,00	(-) Outras Deduções	
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(+) Mora/Multa	
		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado	20,47

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 9 51370000002047

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 20,47	Data Vencimento 31/10/2011	Exercício 2011
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 9 51370000002047

Local de Pagamento					Vencimento 31/10/2011
Cedente SINTERTES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 21/05/2013	Número do Documento 01250920111	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 21/05/2013	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC 2011	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 20,47
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2% mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 20,47
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					
SN PEDRO CANARIO ES					

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica

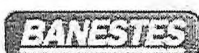


EMPRESA - 0125		RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		Ref.: 09/2011		Vencto.:		Folha 0001	
018-SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES				Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA					
Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59				Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN					
Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO				Compl.: Bairro: CENTRO					
CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES				CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO UF: ES					
CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:				CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: Tel: 21644206					
CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO									
Cód.-Nome	PIS	CPF	Função	Cart.Prof.	Admissão				
		Salário Base		CONTRIBUIÇÃO SI					
00012-SALATIELE BOTES GUIMARÃES	16551840885	022.332.635-61	AUX.ADMINISTRATIV	02590399.00020-BA	01/09/2011				
		614,00		20,47					
1	Funcionário(os) Impresso(os)	T o t a l	614,00	20,47					



RCO 356
 AG. 0442
 CC. 3750138

F



021-3 | SAO SILVANO

RECIBO DO SACADO

LOCAL DE PAGAMENTO PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESTES						VENCIMENTO 24/09/2011	
CEDENTE PROCAR A P E ACESSÓRIOS LTDA				CIC/CNPJ 28.400.646/0001-85		AGÊNCIA/CÓDIGO CEDENTE 0136 13.377.312	
DATA DO DOCUMENTO 10/08/2011		Nº DO DOCUMENTO 789/2		ESPECIE DOC Duplicata		DATA DO PROCESSAMENTO 10/08/2011	
USO DO BANCO		CARTEIRA C.ESCR		ESPECIE R\$		QUANTIDADE	
				VALOR X		(R) VALOR DO DOCUMENTO 69,74	
INSTRUÇÕES (DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE) Após o vencimento, cobrar mora diária de R\$ 0,23 PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANESTES						(I) DESCONTO/ABATIMENTO	
						(I) OUTRAS DEDUÇÕES	
						(I) MORA/MULTA	
						(I) OUTROS ACRESCIMOS	
						(R) VALOR COBRADO	

CHAVE ASBACE: 4000 0396 0001 3377 3124 0213 5 R. V. A.

SACADO FUND. EDUC. E CULTURAL VALE DO RIO DOCE
RUA GERALDO PEREIRA

CIC/CNPJ 31.800.683/0001-95

- CENTRO

- COLATINA

/ES - Cep: 20700-130

SACADOR(A) VALISTA

COD DE BAIXA

Recebimento através do cheque nº do Banco

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo

Banco sacado.



021-3 | SAO SILVANO

02194.00009 39600.013377 73124.021350 2 51000000006974

LOCAL DE PAGAMENTO PREFERENCIALMENTE NA REDE BANESTES						VENCIMENTO 24/09/2011	
CEDENTE PROCAR A P E ACESSÓRIOS LTDA				CIC/CNPJ 28.400.646/0001-85		AGÊNCIA/CÓDIGO CEDENTE 0136 13.377.312	
DATA DO DOCUMENTO 10/08/2011		Nº DO DOCUMENTO 789/2		ESPECIE DOC Duplicata		DATA DO PROCESSAMENTO 10/08/2011	
USO DO BANCO		CARTEIRA C.ESCR		ESPECIE R\$		QUANTIDADE	
				VALOR X		(R) VALOR DO DOCUMENTO 69,74	
INSTRUÇÕES (DE RESPONSABILIDADE DO CEDENTE) Após o vencimento, cobrar mora diária de R\$ 0,23 PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANESTES						(I) DESCONTO/ABATIMENTO	
						(I) OUTRAS DEDUÇÕES	
						(I) MORA/MULTA	
						(I) OUTROS ACRESCIMOS	
						(R) VALOR COBRADO	

CHAVE ASBACE: 4000 0396 0001 3377 3124 0213 5 R. V. A.

SACADO FUND. EDUC. E CULTURAL VALE DO RIO DOCE
RUA GERALDO PEREIRA

CIC/CNPJ 31.800.683/0001-95

- CENTRO

- COLATINA

/ES - Cep: 20700-130

SACADOR(A) VALISTA

COD DE BAIXA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



FICHA DE COMPENSAÇÃO - RVA



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

TED Hoje

DADOS DO REMETENTE

Nome.....: S M COMUNICACOES LTD
Agencia.....: 108-Praia Do Canto
Conta.....: 12.886.792
Tipo de Conta.: Conta Corrente
CPF/CNPJ.....: 02.399.641/0004-39

DADOS DO DESTINATARIO

Nome.....: SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUS?O
Banco.....: 356-Banco Abn Amro Real S.A.
Agencia.....: 0442-Vitoria-Av.Princesa Isabel
Conta.....: 3730138
Tipo de Conta.: Conta Corrente
CPF/CNPJ.....: 27.434.901/0001-48

DADOS DA TRANSACAO

Dt.Agendamento: 06/10/2011
Valor.....: R\$20,47
Titularidade..: Titularidade Diferente
Finalidade....: 99999
Identificador..: REDESIM
Protocolo.....: 38514412
Historico.....: FG
Situacao.....: Enviada

=====
Registro: 06/10/2011 10:10:38 /local/home/tef/d/20111006/salt101.
Emissao.: 10/10/2011 12:00:13

CAIXA

GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

Urbana - GRCSU

Vencimento 29/04/2011
 Exercício 2011

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES			Codigo da Entidade Sindical 009.019.01601-1	
Endereço RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS	Número 59	Complemento SALAS 1111 E 1112	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	Cep 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social S.M. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço RODOVIA BR 101 NORTE KM 17	Número SN	Complemento		
Cep 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição		
<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador	<input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Prof. Liberal	<input type="checkbox"/>	(=) Valor do Documento 39,97
Capital Social - Estabelecimento 0,00	Nº Empregados Contribuintes 2	(-) Desconto/Abatimento		
Capital Social - Empresa	Total Remuneração - Contribuintes 1.199,00	(-) Outras Deduções		
	Total Empregados - Estabelecimento 2	(+) Mora/Multa		
		(+) Outros Acréscimos		
		(=) Valor Cobrado 39,97		

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 2 49520000003997

Código do Cedente 009019016011	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 39,97	Data Vencimento 29/04/2011	Exercício 2011
-----------------------------------	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

CAIXA

104-0

10499.70161 01617.702392 96410.004012 2 49520000003997

Local de Pagamento					Vencimento 29/04/2011
Cedente SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES					Agência/Código Cedente /009.019.01601-1
Data do Documento 30/03/2011	Numero do Documento 01250320111	Esp. Docum. GRCS	Aceite	Data Processamento 30/03/2011	Nosso Numero 023996410004
Uso do Banco EXERC 2011	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 39,97
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA Após vencimento cobrar multa 10% no primeiro mês Adicional 2º mês subsequente. Juros mora 1% ao mês e correção monetária					(-) Desconto/Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado 39,97
Sacado S.M. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO RODOVIA BR 101 NORTE KM 17 Sacador/Avalista					SN PEDRO CANARIO ES

Código de Barras

Ficha de Compensação/Autenticação Mecânica



EMPRESA - 0125

RELAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Ref.: 03/2011

Vencto.:

Folha 0001

018-SINTEXES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RADIODIFUSAO E TELEVISAO DO ES

Endereco: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59

Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO

CEP: 29010-250 Município: VITORIA

UF: ES

CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1

Tel:

Usuário: S.N. COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO

Endereco: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN

Compl.: Bairro: CENTRO

CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO

CNPJ: 02.399.541/0004-39 I.Est.:

CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO



Cód.-Nome	PIS	CPF		Função	Cart.Prof.	Admissão
		Salário Base	Base Cálculo		Sindical	
00002-FABIO MELO SANTANA	13150152290	949.952.065-15 545,00	LOCUTOR 654,00	0072769.00027-ES	21,80	01/07/2005
00011-NAIAN QUEIROZ DE ALMEIDA	16381360705	037.814.655-60 545,00	Locutor de rádio 545,00	09949323.00010-BA	18,17	03/05/2010
2	Funcionário(os) Impresso(os)	Total		1.090,00	1.199,00	39,97



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 2 49520000003997
Dt.Vencimento: 29/04/2011

Dt.Agendamento: 29/04/2011
Valor: R\$39,97
Protocolo: 35187548
Historico : SINTERTES
=====

TRANSAÇÃO EFETIVADA

=====

Registro: 18/04/2011 15:30:07 /local/home/tef/d/20110418/salt347.
Emissao.: 09/05/2011 16:00:39



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana

Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento	Exercício
30/04/2010	2010



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES 000167			Código da Entidade Sindical 000.000.264.01601-7	
Endereço R ALBERTO O SANTOS 59 S 1111	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento		
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		<input type="checkbox"/> Patronal/Empregador <input checked="" type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Prof. Liberal <input type="checkbox"/> Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 21,62	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 648,71	(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 1	(+) Mora / Multa		
			(+) Outros Acréscimos		
			PRT (=) Valor Cobrado		

104-0 | 10499.70161 01617.702392 96410.004012 1 45880000002162

Código do Cedente 000.000.264.01601-7	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 21,62	Data Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010
Autenticação Mecânica				



104-0 | 10499.70161 01617.702392 96410.004012 1 45880000002162

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2010
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 0167 / 000.000.264.01601-7
Data do Documento 22/04/2010	Número do Documento 201001688848	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 22/04/2010	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2010)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 21,62
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

F

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO
ROD BR 101 NORTE KM 17 - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES

Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica

EMPRESA - 0125		RELATÓRIO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		Ref.: 03/2010		Vencido.: 00001	
018-SINTERES-SIND DOS TRAB EM EMP DE RÁDIO DIFUSÃO E TELEVISÃO DO ES Endereço: RUA ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS No. 59 Compl.: SALAS 1111 E 1112 Bairro: CENTRO CEP: 29010-250 Município: VITORIA UF: ES CNPJ: 27.434.901/0001-48 Cód: 009.019.01601-1 Tel:				Usuário: S.M. COMUNICACOES LTDA Endereço: RODOV BR 101 NORTE KM 17 No. SN Compl.: Bairro: CENTRO CEP: 29970-000 Município: PEDRO CANARIO UF: ES CNPJ: 02.399.641/0004-39 I.Est.: CNAE: 6010-1/00 - ATIVIDADES DE RÁDIO			
Cód.-Nome	PIS	CPF	Função	Cart.Prof.	Admissão		
		Salário Base	Base Cálculo	Sindical			
00002-FABIO MELO SANTANA	13150152290	949.952.065-15 540,59	LOCUTOR 648,71	0072769.00027-ES 21,62	01/07/2005		
1	Funcionário(os) Impresso(os)	T o t a l	540,59	648,71	21,62		



#



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 1 45880000002162
Dt.Vencimento: 30/04/2010

Dt.Agendamento: 30/04/2010
Valor: R\$21,62
Protocolo: 28877707
Historico : SIND.TRAB.RADIO SM P.CAN
=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 26/04/2010 18:48:51 /local/home/tef/d/20100426/salt082.
Emissao.: 03/05/2010 15:09:50



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
30/04/2009
Exercício
2009



1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES 000167		Código da Entidade Sindical 000.000.264.01601-7	
Endereço R ALBERTO O SANTOS 59 S 1111	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 27.434.901/0001-48
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 29010-250	Cidade/Município VITORIA	UF ES

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 02.399.641/0004-39	
Endereço ROD BR 101 NORTE KM 17	Número	Complemento SN	
CEP 29970-000	Bairro/Distrito CENTRO	Cidade/Município PEDRO CANARIO	UF ES Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa
Nº Empregados Contribuintes
4

Capital Social - Estabelecimento
Total Remuneração - Contribuintes
2.270,40

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE
Total Empregados - Estabelecimento
4

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
75,68

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

PRT (=) Valor Cobrado

104-0 10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 42230000007568

Código do Cedente 000.000.264.01601-7	Nosso Número 023996410004	Valor do Documento 75,68	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica



104-0 10499.70161 01617.702392 96410.004012 3 42230000007568

2ª Via - Documento do Banco

Local de Pagamento NAS LOTERICAS ATE VLR LIMITE					Vencimento 30/04/2009
Cedente SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST ES					Agência / Código Cedente 0167 / 000.000.264.01601-7
Data do Documento 29/04/2009	Número do Documento 200901753502	Esp. Docum. GRCSU	Aceite	Data Processamento 29/04/2009	Nosso Número 023996410004
Uso do Banco EXERC (2009)	Carteira SIND	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 75,68
Instruções BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA APOS VENC SOMENTE AG CAIXA, MULTA: 10% NOS 30 PRIMEIROS DIAS MAIS 2% P MES SUBSEQUENTE; JUROS: 1%; MAIS CORREC MONET::: 000000					(-) Desconto / Abatimento
					(-) Outras Deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

PRT

Sacado:
SM COMUNICACOES LTDA PEDRO CANARIO
ROD BR 101 NORTE KM 17, SN - CEP 29970-000 - CENTRO - PEDRO CANARIO /ES
Sacador / Avalista:

Código de Barras



Ficha de Compensação / Autenticação Mecânica



BANESTES S.A. BANCO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
-----BANESFACIL NET BANKING-----
Pagamentos e Transferencias Eletronicas

PAGAMENTO: Titulo em Cobranca

Cliente: S M Comunicacoes Ltda Epp
Pedro Canario
Conta: 12.886.792
Agencia: 108-Praia Do Canto

Titulo: 10499.70161 01617.702392
96410.004012 3 42230000007568
Dt.Vencimento: 30/04/2009

Dt.Agendamento: 30/04/2009
Valor: R\$75,68
Protocolo: 23332322
=====

TRANSACAO EFETIVADA

=====

Registro: 30/04/2009 12:19:53 /local/home/tef/d/20090430/salt733.
Emissao.: 04/05/2009 10:41:27

» Remessa de Títulos - Confirmação

Abaixo estão listadas as remessas selecionadas com a situação da confirmação (ver legenda).

Situação de Contas Solidárias

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso
- ☒ Erro na Remessa

Situação de Contas Não-Solidárias

- ☒ Remessa Efetivada com Sucesso e Autorizada pelos dois CPFs Transmitidos
- ☒ Remessa Pendente Aguardando Autorização do segundo CPF Transmitido
- ☒ Erro na Remessa

REMESSA	DATA	QTD. DOCUMENTOS	VALOR	MEI
<input checked="" type="checkbox"/> 000456	16/04/2009	0001	14.724,58	Autorizado

COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO FISTEL



[Handwritten signature]



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▼

BOM DIA
JOSE MARIA VALLADARES GAUDIO

Sistemas
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SM COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:54:40 do dia 10/10/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

✱



#

CERTIDÃO DE REGULARIDADE RELATIVO AO INSS





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 001552013-07001641

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 12/09/2013.

Válida até 11/03/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE
RELATIVO AO FUNDO DE
GARANTIA DO TEMPO DE
SERVIÇO - FGTS**



#

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02399641/0004-39
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Nome Fantasia: SM COMUNICACOES
Endereço: ROD BR 101 NORTE 100 KM 17 / CENTRO / PEDRO CANARIO / ES / 29970-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/10/2013 a 05/11/2013

Certificação Número: 2013100710190373139516

Informação obtida em 10/10/2013, às 10:09:49.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

F

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02399641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Nome Fantasia: SM COMUNICACOES
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/10/2013 a 05/11/2013

Certificação Número: 2013100710190373139516

Informação obtida em 10/10/2013, às 10:08:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

#



**CERTIDÃO CONJUNTA
NEGATIVA DE DÉBITOS
RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DIVÍDA ATIVA DA
UNIÃO EXPEDIDA PELA
RECEITA FEDERAL**

F



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 10:36:29 do dia 03/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2014.

Código de controle da certidão: **D0BD.93A5.4939.A0AF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Assinatura]



**PROVA DE REGULARIDADE
PARA COM A FAZENDA
ESTADUAL DA SEDE DA PESSOA
JURÍDICA INTERESSADA**

[Handwritten mark]



Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 2013390665

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.399.641/0001-96

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à; Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **08/10/2013**, válida até **06/01/2014**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço www.sefaz.es.gov.br ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 08 de Outubro de 2013.

Autenticação eletrônica: **237D1.FFC0.0C387**

[Handwritten signature]



**PROVA DE REGULARIDADE
PARA COM A FAZENDA
MUNICIPAL DA SEDE DA PESSOA
JURÍDICA INTERESSADA E DO
LOCAL DE PRESTAÇÃO DO
SERVIÇO**

#



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANARIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO



Certidão Negativa de Débitos Municipais

Nro.: 0000280 / 2013

Crc 0011304

Razão Social/Nome S M COMUNICACOES LTDA EPP

CNPJ / CPF 02.399.641/0004-39

Inscrição Estadual/RG

Endereço 29.970--000 - RUA BR 101, 0 KM 17

Bairro CENTRO Cidade PEDRO CANARIO Estado ES

Requerente: S M COMUNICACOES LTDA EPP

Finalidade: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

Número do Processo: 3910

A Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES, em conformidade com o Art. 698 da Lei Municipal nº 005/2005 - Código Tributário Municipal c/c o disposto no Art. 205 da Lei Federal nº 5172/66 - Código Tributário Nacional, certifica que o contribuinte, acima identificado, em relação ao objeto da Certidão, encontra-se em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal.

A presente Certidão não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos incisos I a IX do Art. 149 do Código Tributário Nacional. Tendo eficácia, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

Obs: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

PRAZO DE VALIDADE : 60 (SESSENTA) DIAS

EMIÇÃO: 26/09/2013

Alex Nascimento
Tributação
Matr. 3545

AUTORIDADE COMPETENTE

Documento Emitido por ALEX SANDRO NASCIMENTO SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Certidão Negativa de Débitos

Nº 0000724 / 2013

CERTIFICA: Para os devidos fins, atendendo petição protocolada sob o número **4115/13**, de segunda-feira, 7 de outubro de 2013 que:
SM COMUNICAÇÕES LTDA

Situada/Residente:

Praça Coronel Renato Freire, Nº 50 - Centro - Pinheiros - ES - CEP:

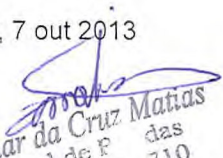
Devidamente Inscrita sob o CNPJ nº: 02399641000196

Se encontra sem pendências junto a esta municipalidade, até a presente data, ressaltando o direito de cobrar débitos que venham a ser apurados posteriormente à expedição desta Certidão, que decorram descumprimento de disposição, concernentes à incidência e lançamentos de tributos.

Observação:

VALIDADE = 7 nov 2013

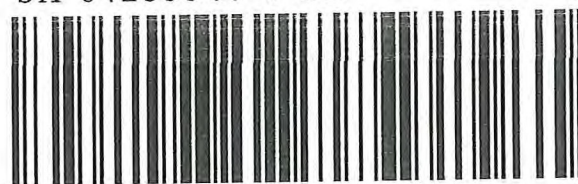
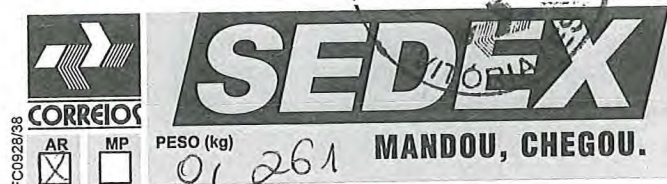
Pinheiros- ES, 7 out 2013


Zilmar da Cruz Matias
Fiscal de F 710
Diretoria de Tributação, Fiscalização,
Arrecadação e Cadastro

Protocolo Geral do Ministério das Comunicações

Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios
Bloco "R" - Térreo
Brasília - DF
CEP.: 70.044-900

AR



José Maria Valente Gomes
Avenida Vitória, 3144 - Bairro Fátima
Vitória - ES - CEP: 29.050-800

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 15 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto, Técnico de Nivel**, em 16/12/2014, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0287718** e o código CRC **33D6366F**.



Menu Principal ▾

Sistemas
InterativosSRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: ES

Município: Pedro Canário

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

SM COMUNICACOES LTDA

Pedro Canário

06/02/2004

06/02/2014

Usuário: -

Data: 06/01/2015

Hora: 17:22:32

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

SM COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 06/01/2015

Hora: 17:23:32



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 915.624.657-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 06/01/2015

Hora: 17:26:56


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)
[Dados da consulta](#) | [Resultado](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 113.555.857-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta



BOA TARDE

Altair de Santana Pereira

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 705.031.507-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Local	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\altair.mc](#) - Altair de Santana Pereira

Data: 06/01/2015

Hora: 17:27:38

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.059488/2013-71		
Entidade: SM COMUNICACOES LTDA		
Localidade: PEDRO CANÁRIO	UF: ES	Serviço: FM
Período: 06/02/2014 a 06/02/2024		

1. RELATIVOS À ENTIDADE				
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
Documentos	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	X			02
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	X			05
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	X			04
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			07/14
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	X			16/32
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL?	X			34
7- Prova de regularidade relativa ao INSS?	X			37
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	X			40
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	X			42
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	X			44

11- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	X			46/47
12- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		X		

2. RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES

Documentos	Nome (s)	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl(s).
13. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
14. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
15. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
16. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal. (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)					
			X		
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:	
1. Ressalte-se que de acordo com as novas orientações da Conjur, deverão ser exigidos os documentos descritos nos itens 12 a 16 desta Lista.	
Análise:	DATA
Analista: Patrick Cardoso Cargo: Analista	06/01/2015

NOTA TÉCNICA Nº 268/2015/SEI-MC

Processo n.: 53000.059488/2013-71

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da S.M. COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Pedro Canário, estado de Espírito Santo, referente ao(s) seguinte(s) período(s): 06/02/2014 a 06/02/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto e aos ditames previstos no Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU que aprovou com ressalvas o Parecer 52/2014/DPL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0311176), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual e Federal, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 08/01/2015, às 09:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Atos Societários substituto**, em 08/01/2015, às 18:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 09/01/2015, às 11:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0311178** e o código CRC **8A95165F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 296/2015/SEI-MC

Brasília, 06 de janeiro de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.
Rua Elesbão Linhares, nº15, salas 201/202, Shopping Day by Day, Bairro do Canto,
29.055-340 Vitória-ES

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.059488/2013-71**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 268/2015/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenadora-Geral do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 09/01/2015, às 11:01, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0311181** e o código CRC **64D0E6BB**.

OF: 296/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
S.M COMUNICAÇÕES LTDA
RUA ELESBÃO LINHARES, Nº 15, SALAS 201/202, SHOPPING DAY BY
DAY – BAIRRO DO CANTO CEP: 29.055-340 VITÓRIA/ES
PROC.: 53000.059488/2013
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY
AR <input type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg)
JG 08951968 1 BR		
		



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JG 08951968 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO CEST)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério das Comunicações

Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

OF: 296/2015/SEI-MC/GTCO/DEOC
 AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
 S.M COMUNICAÇÕES LTDA
 RUA ELESBÃO LINHARES, Nº 15, SALAS 201/202, SHOPPING DAY BY
 DAY - BAIRRO DO CANTO CEP: 29.055-340 VITÓRIA/ES
 PROC.: 53000.059488/2013
 RENOVAÇÃO DE OUTORGA

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

30 / 1 / 15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTPaulo Signe
Mat. 826

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / LOCAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

JG 08951968 1 BR

(CÓDIGO DE BARRAS DO N.º DE REGISTRO DO DOCUMENTO)

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério da Comunicação
Serviços de Comunicação Eletrônica
Exploração dos Serviços de Comunicação Eletrônica
Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70064-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.399.641/0001-96 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão n°: 142239759/2017

Expedição: 21/12/2017, às 10:36:16

Validade: 18/06/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA - EPP (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR	
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2017** às **10:38:58** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SM COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ : 02.399.641/0001-96
ENDEREÇO : PRAÇA CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50, 2º ANDAR, CENTRO – PINHEIROS/ ES.
CEP : 29.980-000

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	DESPACHO	
		Nº	DATA
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 113.555.857-40	SÓCIO DIRIGENTE	204	10/09/2009
PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS E LICENCIAMENTO**


FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SM COMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ : 02.399.641/0001-96
ENDEREÇO : PRAÇA CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50, 2º ANDAR, CENTRO – PINHEIROS/ ES.
CEP : 29.980-000

QUADRO SOCIETÁRIO

DESPACHO Nº 204, de 10/09/2009.				
COTISTAS	COTAS	AÇÕES		VALOR
		ORD.	PREF.	REAIS
RONALDO RANGEL NUNES 705.031.507-97	49.000			49.000,00
EDIANA MARIA GOMES LOPES 915.624.657-91	441.000			441.000,00
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 113.555.857-40	490.000			490.000,00
TOTAL	980.000			980.000,00

1173-2

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	06/02/04
Página:	55
Seção:	3
ANOTADO POR: 	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SM
COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a SM COMUNICAÇÕES LTDA., CGC 02.399.641/0001-96, representada por seu Procurador, José Maria Valladares Gáudio, RG 322.445 – SSP/ES, CPF 557.864.137-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 15 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade do Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à SM Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 007/98-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

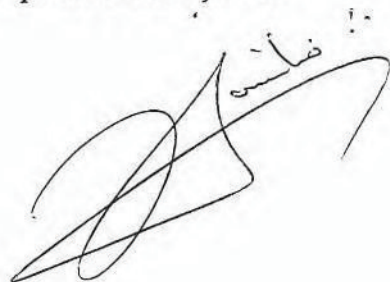
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.



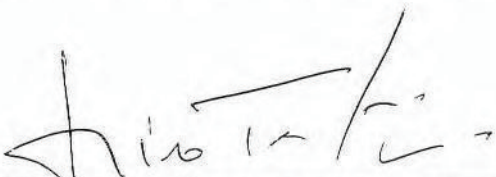
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

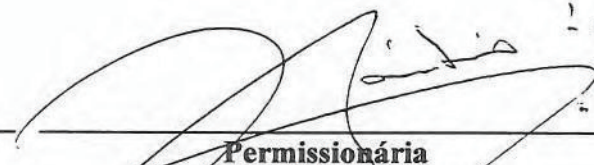
Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

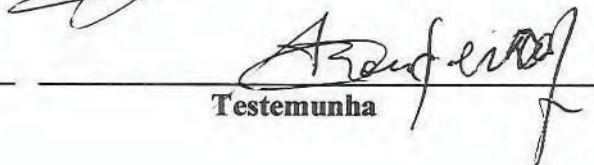
Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO MANOEL PAES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JURACY MARDEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à MOMENTO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à MEDINA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO ELECTRAX VOX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electrax Vox FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAQUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RIO GRANDE DA SERRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BAILON LOPES CARNEIRO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

OM - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM -
FM - PEDRO CANÁRIO - canal 241
FM - PINHEIROS - OK
FM - ANCHIETA - OK

02.399.641/0001-96

Rua João Bento Silveiras, 306 - Centro -
São Mateus/ES - CEP: 29.930-000

canal 244

PUBLICADO NO DIÁRIO	
FOLHA DE 151 08 / 2001	
Página: 82	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Ally</i>	

PORTARIA Nº 430 , DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000302/98, Concorrência nº 007/98-SSR/MC, resolve:

Arquivo

Art. 1º Outorgar permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
PIMENTA DA VEIGA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS
UF ES		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/10/2020** às **10:26:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/09/2020 a 29/10/2020

Certificação Número: 2020093004011829979577

Informação obtida em 07/10/2020 10:26:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 06/02/2024
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES
Latitude: -18.29167 (18° 17' 30.0" S)	Longitude: -39.95667 (39° 57' 24.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 323733956						Número Indicativo: ZYL440					
Data Último Licenciamento: 01/10/2018						Número da Licença: 53500.039678/2018-45					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -18.29167 (18° 17' 30.0" S)				Longitude: -39.95667 (39° 57' 24.0" W)				Cota da base: 99.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: .100 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF 7/8						Fabricante: KMP - PIRELLI					
Comprimento da Linha: 60.00 m		Atenuação: 1.22 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: GPV/02						Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA					
Ganho: 3.00 dBd		Beam-Tilt: .00 °		Orientação NV: .00 °		Polarização: Vertical		HCl: 52.56 m		ERP Máximo: 0.17 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0.04	30°: 0.08	40°: 0.1	50°: 0.12	60°: 0.17	70°: 0.27	80°: 0.4	90°: 0.53	100°: 0.65	110°: 0.76
120°: 0.91	130°: 1.11	140°: 1.34	150°: 1.62	160°: 2.04	170°: 2.51	180°: 2.73	190°: 2.52	200°: 2.05	210°: 1.62	220°: 1.27	230°: 0.95
240°: 0.72	250°: 0.65	260°: 0.66	270°: 0.63	280°: 0.49	290°: 0.3	300°: 0.17	310°: 0.18	320°: 0.24	330°: 0.26	340°: 0.19	350°: 0.07
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0.17 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

SM COMUNICACOES LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657- 91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857- 40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **07/10/2020**

Hora: **10:28:59**

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 113.555.857-40

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857- 40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001- 96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 07/10/2020

Hora: 10:30:31

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 705.031.507-97

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa **Data:** 07/10/2020 **Hora:** 10:31:01

Dados da consulta | Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 915.624.657-91

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **07/10/2020**

Hora: **10:29:34**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: ES

Município: Pedro Canário

Entidade

Município

Data Outorga

Validade

SM COMUNICACOES LTDA

Pedro Canário

06/02/2004

06/02/2014

Usuário: Anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 07/10/2020

Hora: 10:34:20

Registro 1 **até** 1 **de** 1 **registros**

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:28:20 do dia 07/10/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/11/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 53000.059488/2013-71			
Entidade: S. M. COMUNICAÇÕES LTDA.		CNPJ: 02.399.641/0001-96	
Executante do serviço de radiodifusão de FM		Localidade: Pedro Canário	UF: ES
Validade da Outorga: Vencida		Período: 06/02/2014 a 06/02/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	PENDENTE	-
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	4-8 (5955556)

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
2.1. DOCUMENTOS		SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	-
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	PENDENTE	16-17 (0404441) simplificada
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	-
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	PENDENTE	-

REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	1 (5955550)
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Fed. 45 (0287717)
			Est. 47 (0287717)
			Mun. 49-50 (0287717)
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	10 (5955556)
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	40 (0287717) 2 (5955550)
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	PENDENTE	-

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Ricardo da Costa CARGO: Engenheiro	07.10.2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 4283/2020/SEI-MCOM

Processo nº 53000.059488/2013-71

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário, estado da Espírito Santo, referente ao seguinte período: **06/02/2014 a 06/02/2024**.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Não obstante, verificou-se que a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão, face as recentes alterações legislativas.

4. Nesse sentido, cabe mencionar que, com a publicação da Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017 e do Decreto 9.138, de 22 de agosto de 2017, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta.

5. Assim, considerando-se os termos das supracitadas alterações legislativas, faz-se necessário que a Interessada **apresente os seguintes documentos pendentes:**

5.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea *j* deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

5.2. ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

5.3. **certidão** emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), **atualizada**, em que conste o **histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade**;

5.4. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social **(assinados pelo profissional de contabilidade e pelo administrador (a) da pessoa jurídica interessada, nos termos do § 2º do art. 1.184 do CC/02)**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

5.5. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

5.6. prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, por meio de apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 5º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/10/2020, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5955675** e o código CRC **853E56A5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 6027/2020/MCOM

Brasília, 07 de outubro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)
Praça Coronel Renato Freire, nº 50 / 2º andar - Centro
29.980-000 Pinheiros/ES

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.059488/2013-71.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 4283/2020/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 5955740), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/10/2020, às 17:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **5955725** e o código CRC **CB65C5A0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6027/2020/MCOM - Processo nº 53000.059488/2013-71 - Nº SEI: 5955725

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios

diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

Data de Envio:

29/01/2021 14:22:08

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<corrc@mctic.gov.br>

Para:

joaoresegue@redesim.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: S. M. COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Requerimento_5955740_002_Modelo_REQUERIMENTO_DE_RENOVACAO_DE_OUTORGA_MC_2020_sem_laudo.pdf
Oficio_5955725.html
Nota_Tecnica_5955675.html

Data de Envio:

12/02/2021 11:51:47

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mctic.gov.br>

Para:

cgfm@mctic.gov.br

Assunto:

Consulta de Pena de Cassação

Mensagem:

Processo nº 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADO: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

À Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU,

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.**, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário/ES, referente ao seguinte período: **06/02/2014 a 06/02/2024**.
2. Tendo em vista que às fls. 102-103 (evento SEI nº 6491120) foi apresentada a alteração contratual/certidão da junta comercial cujo quadro societário/diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta, remeto o feito à Coordenação de Pós-Outorgas, para adoção das providências cabíveis.
3. Após, retornem os autos para a Coordenação de Renovação de Outorga - CORRC, para o prosseguimento da análise.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, em 17/02/2021, às 18:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6510876** e o código CRC **A75C1545**.

Zimbra**corrc@mctic.gov.br**

Re: Consulta de Pena de Cassação

De : cgfm@mctic.gov.br

Qua, 17 de fev de 2021 09:38

Assunto : Re: Consulta de Pena de Cassação**Para :** MCOM <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à entidade S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga.

At.te,

Wagner

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corrc@mctic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 11:51:47

Assunto: Consulta de Pena de Cassação

Processo nº 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S. M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Pós-Outorga

DESPACHO

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71.

INTERESSADA: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: DIVERGÊNCIA QUADRO SOCIETÁRIO/DIRETIVO.

1. Em atendimento à solicitação contida no Despacho CORRC s/nº (SEI 6510876), servimo-nos do presente para informar que a regularização societária/diretiva da Entidade em questão está sendo promovida nos autos do processo nº 01250.002574/2018-71.
2. Prestadas as informações acima, restituo o feito à **Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial - CORRC**, para adoção das medidas subsequentes.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Falcunery dos Santos**, Assistente Técnico, em 24/11/2021, às 10:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, Coordenador de Pós-Outorgas, em 24/11/2021, às 10:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8568695** e o código CRC **F028FCEF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

SEI-MCOM nº 8568695



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS
UF ES		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/09/2022** às **07:27:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/09/2022 a 08/10/2022

Certificação Número: 2022090901285856626263

Informação obtida em 13/09/2022 07:29:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão nº: 30134863/2022

Expedição: 13/09/2022, às 07:25:34

Validade: 12/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S M COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:35:27 do dia 06/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/03/2023.

Código de controle da certidão: **1EE1.2EAE.ECB8.DB29**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.399.641/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	S M COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO JORGE RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/09/2022 às 07:28 (data e hora de Brasília).



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
Estado do Espírito Santo

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NUMERO 4437 / 2022

Certifico : para os devidos fins que:

Sm Comunicações Ltda

CPF/CNPJ nº: **02.399.641/0001-96**

Nº - - - CEP:

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do cadastro de pessoa jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço <http://www.pedrocanario.es.gov.br/>

Observação:

Certidão Emitida em: 13/09/2022 , Valida até: 12/11/2022

Chave de Validação WEB: 3ae54956

Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES, 13/09/2022.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão N° 20220000820388

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.399.641/0001-96

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **21/09/2022**, válida até **20/12/2022**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 21/09/2022.

Autenticação eletrônica: **0024.A835.EF90.BBE9**



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP				CNPJ 02399641000196
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.	DISTRITO	
BAIRRO	MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/02/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 96.1 MHz CANAL: 241

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 67.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL440

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Pedro Canário

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 16.9 BAIRRO: .

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

NUMERO: S/N COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 2.20 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos MODELO: TEC114

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: 0.300 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPV/02

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena Dipolo - 2 elementos (G

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52.56 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:


RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/09/2022 07:39:29

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/08/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDlyNjMyMDVhZTA5ZDBIMA==	
-----------	--------------------------	--	---

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'1.16" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°47'03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°46'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°45'48'45.9" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°45'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°44'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°44'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'4.65" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 39°58'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 39°57'9.53" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°18'11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 02.399.641/0001-96											
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:32:44**

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa

Data: 13/09/2022

Hora: 07:34:12

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 705.031.507-97											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:34:34**

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 915.624.657-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta

Usuário: **anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa**

Data: **13/09/2022**

Hora: **07:33:52**

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: [13/09/2022](#)

Hora: [07:32:11](#)

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	ES	Município:	Pedro Canário
Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SM COMUNICACOES LTDA	Pedro Canário	06/02/2004	06/02/2014
Usuário: anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa Data: 13/09/2022 Hora: 07:40:50			
Registro 1 até 1 de 1 registros		Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/>	
Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel	

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:31:37 do dia 13/09/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/10/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 13407/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADO: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da S.M. COMUNICAÇÕES LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Pedro Canário/ES, referente ao seguinte período: 06/02/2014 a 06/02/2024.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 4283/2020/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 6027/2020/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 5955675 e 5955725). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.003428/2021-16, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declarações, datadas e assinadas pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

c) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO

serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 23/09/2022, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/09/2022, às 15:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394358** e o código CRC **DF1549F0**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 22791/2022/MCOM

Brasília, 23 de setembro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
S.M. COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ Nº 02.399.641/0001-96)
Praça Coronel Renato Freire, nº 50 / 2º andar - Centro
29.980-000 Pinheiros/ES

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53000.059488/2013-71.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 13407/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 23/09/2022, às 15:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10394376** e o código CRC **2BBA934F**.

Anexos:

- NOTA TÉCNICA 13407 (10394358)

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 22791/2022/MCOM - Processo nº 53000.059488/2013-71 - Nº SEI: 10394376

Data de Envio:

26/09/2022 09:26:36

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
<sei@mcom.gov.br>

Para:

joaoresegue@redesim.com

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: S.M. COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10394376.html

Nota_Tecnica_10394358.html

Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros

1 - 50

50

↻ Atualizar

▼ Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	02399641000196	SM COMUNICACOES LTDA	50011268867	P	Comercial	FM	230	ES	Pedro Canário

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'1.16" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°47'03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°46'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°45'48'54.59" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°45'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°44'58'54.59" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°44'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'4.65" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120º: 14.7	125º: 14.9	130º: 14.6	135º: 14.7	140º: 14.7	145º: 14.3	150º: 14	155º: 13.8	160º: 13.8	165º: 13.5	170º: 13.4	175º: 13.3
180º: 12.7	185º: 12.7	190º: 12.4	195º: 12.4	200º: 12.8	205º: 12.7	210º: 12.7	215º: 12.4	220º: 13	225º: 13.1	230º: 11.8	235º: 12.1
240º: 11.9	245º: 12.5	250º: 12.2	255º: 12.5	260º: 13.1	265º: 12.4	270º: 14.4	275º: 14.7	280º: 12.8	285º: 13	290º: 13.3	295º: 13.4
300º: 13.8	305º: 13.1	310º: 12.4	315º: 12.7	320º: 12.5	325º: 12.1	330º: 11.9	335º: 13.1	340º: 13.1	345º: 13.7	350º: 13	355º: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							



NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP				CNPJ 02399641000196	
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.				DISTRITO	
BAIRRO				MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/02/2024

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 96.1 MHz CANAL: 241

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 67.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL440

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Pedro Canário

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 16.9 BAIRRO: .

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: S/N COMPLEMENTO:

BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 2.20 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos MODELO: TEC114

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: 0.300 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPV/02

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena Dipolo - 2 elementos (G

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52.56 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 0 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 11/09/2023 15:27:01

APLICAÇÃO

Emitido Em
24/08/2022

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjRkYmU5OTE4YzhMA==>



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.399.641/0001-96									
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:28:54



BOA TARDE

Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		915.624.657-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
EDIANA MARIA GOMES DO CARMO	915.624.657-91	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	441000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:29:07



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (SÓCIO DIRIGENTE)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:29:19



BOA TARDE

Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		705.031.507-97									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RONALDO RANGEL NUNES	705.031.507-97	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	49000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:29:31



BOA TARDE

Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.399.641/0001-96

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 70615883141 - Daniel Teodoro Colouna de Abreu

Data: 11/09/2023

Hora: 15:30:11



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:27:49 do dia 11/09/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/10/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

BOA TARDE
Daniel Teodoro Colouna de AbreuSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar Extrato de Lançamentos>

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

Nº FISTEL: 50011268867

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02399641000196

Situação: Ativa

Data Validade: 06/02/2014

+ CADIN: Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Praça Coronel Renato Freire 50 - 2 andar

Bairro: Centro

Município: Pinheiros

CEP: 29980-000

UF: ES

End. Corresp.: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202 15 SHOPPING DAY BY DAY

Bairro: PRAIA DO CANTO

Município: Vitória

CEP: 29055-340

UF: ES

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2005	04/10/2005	R\$ 75.000,00	04/10/2005	75.000,00	75.000,00	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	02/01/2006	R\$ 200,00	02/12/2005	200,00	200,00	0002 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	04/06/2015	R\$ 1.000,00	02/06/2015	1.000,00	1.000,00	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0004 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0005 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1660	0	2016	07/06/2016	R\$ 3.358,44		0,00	0,00	0006 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0007 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0008 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00

									 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	0010	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	0011	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	03/10/2018	R\$ 1.000,00	27/09/2018	1.000,00	1.000,00	0012	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	0013	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	0014	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	0017	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	0018	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	29/03/2021	330,00	330,00	0019	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0020	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	14/04/2022	50,00	50,00	0022	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	25/09/2022	R\$ 2.000,00	22/08/2022	2.000,00	2.000,00	0023	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	16/03/2023	660,00	660,00	0024	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	14/03/2023	100,00	100,00	0025	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
Total devido em 11/09/2023 (em reais):											0,00
Total de créditos em 11/09/2023 (em reais):											0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 23 de 23 registros

Página: [1] [Ir] [] [Reg] []

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie a atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.399.641/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/03/1998
NOME EMPRESARIAL S M COMUNICACOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 58.13-1-00 - Edição de revistas 58.12-3-01 - Edição de jornais diários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO PC CORONEL RENATO FREIRE	NÚMERO 50	COMPLEMENTO 2 ANDAR	
CEP 29.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PINHEIROS	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (27) 3765-2755	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/10/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.399.641/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	S M COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO JORGE RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou consultar o RFB.

Emitido no dia 11/09/2023 às 15:31 (data e hora de Brasília).

 VOLTAR

 IMPRIMIR

[Passo a passo para o CNPJ](#)

[Consultas CNPJ](#)

[Estatísticas](#)

[Parceiros](#)

[Serviços](#)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.399.641/0001-96
Razão Social: SM COMUNICACOES LTDA EPP
Endereço: RUA CORONEL RENATO FREIRE 50 2 ANDAR / CENTRO / PINHEIROS / ES / 29980-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2023 a 04/10/2023

Certificação Número: 2023090507141142254029

Informação obtida em 11/09/2023 15:32:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certidão nº: 47703790/2023

Expedição: 11/09/2023, às 15:32:58

Validade: 09/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S M COMUNICACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.399.641/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S M COMUNICACOES LTDA
CNPJ: 02.399.641/0001-96

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:15:04 do dia 10/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/04/2024.

Código de controle da certidão: **83B3.2DF4.C1DB.955F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Prefeitura Municipal de Pinheiros

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO 2023/0002596

CERTIFICO: Para os devidos fins que:
SM COMUNICAÇÕES LTDA

Devidamente Inscrito sob o CNPJ nº: 02.399.641/0001-96
Praça CORONEL RENATO FREIRE, Nº 50 , CENTRO PINHEIROS - ES, CEP 29980-000

Se encontra sem pendencias junto a esta municipalidade, ate a presente data, ressalvando o direito de cobrar debitos que venham a ser apurados posteriormente a expedicao desta Certidao, que decorram descumprimento de disposicao, concernentes a incidencia e lancamentos de tributos.

Se encontra sem pendencias junto a esta municipalidade, ate a presente data, ressalvando o direito de cobrar debitos que venham a ser apurados posteriormente a expedicao desta Certidao, que decorram descumprimento de disposicao, concernentes a incidencia e lancamentos de tributos. .

Chave de validação da certidão: 20230002596

Validade:30 dias

Emitida Terça-Feira, 10 de Outubro de 2023

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Data de Envio:

11/09/2023 16:23:41

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53000.059488/2013-71**Inez Joffily França**

Ter, 12/09/2023 08:31

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 11 de setembro de 2023 16:23**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à S.M. COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, no município de PEDRO CANÁRIO/ ES, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Estações

05181977197

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕	Local Especifico ↕	Canal ↕	Dec ↕	Frequência
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	02399641000196	SM COMUNICACOES LTDA	50011268867	P	Comercial	FM	059488/230	ES	Pedro Canário		241		96.1

Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24"	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46"	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49"	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°5'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°5'4'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32"	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°5'3'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2"	40°: Lat 18°12'12.16" S Lon 39°52'33.59"	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4"	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76"	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1"	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03"	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'39'48'54"	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°48'47.03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°48'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°49'4.65"	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°49'23.85" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°48'54.59"	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°48'59.07" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1"	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52"	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1"	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85"	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14"	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5"	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 39°53'25.34"	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38"	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 39°4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 39°5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58"	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 39°56'4.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'18.67" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.49" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°18'15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°18'11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120°: 14.7	125°: 14.9	130°: 14.6	135°: 14.7	140°: 14.7	145°: 14.3	150°: 14	155°: 13.8	160°: 13.8	165°: 13.5	170°: 13.4	175°: 13.3
180°: 12.7	185°: 12.7	190°: 12.4	195°: 12.4	200°: 12.8	205°: 12.7	210°: 12.7	215°: 12.4	220°: 13	225°: 13.1	230°: 11.8	235°: 12.1
240°: 11.9	245°: 12.5	250°: 12.2	255°: 12.5	260°: 13.1	265°: 12.4	270°: 14.4	275°: 14.7	280°: 12.8	285°: 13	290°: 13.3	295°: 13.4
300°: 13.8	305°: 13.1	310°: 12.4	315°: 12.7	320°: 12.5	325°: 12.1	330°: 11.9	335°: 13.1	340°: 13.1	345°: 13.7	350°: 13	355°: 13.4

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 006350300345	Modelo: TEC114
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.300 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL S M COMUNICACOES LTDA - EPP				CNPJ 02399641000196
Nº DA ESTAÇÃO 323733956	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 18° 17' 30.00" S	LONGITUDE 39° 57' 24.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rodovia BR 101 KM 16.9, nº S/N.	DISTRITO	
BAIRRO	MUNICÍPIO Pedro Canário	UF ES

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 06/02/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 96.1 MHz CANAL: 241

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 67.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYL440

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Pedro Canário

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rodovia BR 101 KM 16.9 BAIRRO: .

MUNICÍPIO: Pedro Canário UF: ES

NUMERO: S/N COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG5000i

CÓDIGO: Equipment

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: TEC114

CÓDIGO: 006350300345 POTÊNCIA: 0.300 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA MODELO: GPV/02

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena Dipolo - 2 elementos (G

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52.56 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP - PIRELLI MODELO: LCF 7/8

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:


RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 10/10/2023 11:00:41

APLICAÇÃO	Emitido Em 24/08/2022	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjUxYWY3ZjBkY2JhbnQ=	
-----------	--------------------------	--	---



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:01:51 do dia 10/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **ANDRE LUIS TELES GHILLIONI**

Data/Hora: **10/10/2023 11:02:37**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP

Nº FISTEL: 50011268867

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 02399641000196

Situação: Ativa

Data Validade: 06/02/2014

+ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: ES

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Praça Coronel Renato Freire 50 - 2 andar

Bairro: Centro

Município: Pinheiros

CEP: 29980-000

UF: ES

End. Corresp.: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202 15 SHOPPING DAY BY DAY

Bairro: PRAIA DO CANTO

Município: Vitória

CEP: 29055-340

UF: ES

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2005	04/10/2005	R\$ 75.000,00	04/10/2005	75.000,00	75.000,00	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2005	02/01/2006	R\$ 200,00	02/12/2005	200,00	200,00	0002	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2015	04/06/2015	R\$ 1.000,00	02/06/2015	1.000,00	1.000,00	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0004	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0005	Quitado	0,00
1660	0	2016	07/06/2016	R\$ 3.358,44		0,00	0,00	0006	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	0011	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	03/10/2018	R\$ 1.000,00	27/09/2018	1.000,00	1.000,00	0012	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	0013	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	0017	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	29/03/2021	330,00	330,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	30/03/2021	50,00	50,00	0020	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0021	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	14/04/2022	50,00	50,00	0022	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	25/09/2022	R\$ 2.000,00	22/08/2022	2.000,00	2.000,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	16/03/2023	660,00	660,00	0024	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	14/03/2023	100,00	100,00	0025	Quitado	0,00

Total devido em 10/10/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 10/10/2023 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		02.399.641/0001-96									
SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES	139.895.577-93	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário

SM COMUNICACOES LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 10/10/2023

Hora: 11:08:09



BOM DIA

ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » Consolidado Participação e Composição

menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		139.895.577-93									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES	139.895.577-93	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

[menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.555.857-40											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOÃO JORGE RESEGUE LOPES	113.555.857-40	SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	ES	Pedro Canário
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	GTVD	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	TV	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Cachoeiro de Itapemirim
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Vila Velha
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	OM	Regional	ES	Baixo Guandu
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Anchieta
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pinheiros
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	MG	Mantena
		SM COMUNICACOES LTDA	02.399.641/0001-96	Sócio	490000	0,00%	0,00%	FM	--	ES	Pedro Canário

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 10/10/2023

Hora: 11:08:49



BOM DIA
ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	02.399.641/0001-96


[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: 05181977197 - ANDRE LUIS TELES GHILLIONI

Data: 10/10/2023

Hora: 11:09:07

1173-2

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	06/02/04
Página:	55
Seção:	3
ANOTADO POR:	



CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SM
COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE
DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a SM COMUNICAÇÕES LTDA., CGC 02.399.641/0001-96, representada por seu Procurador, José Maria Valladares Gáudio, RG 322.445 – SSP/ES, CPF 557.864.137-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2001, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 15 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade do Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, regendo-se a referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à SM Comunicações Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

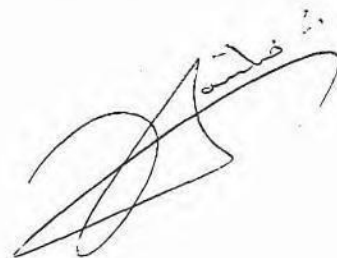
Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 007/98-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária recolheu o valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.



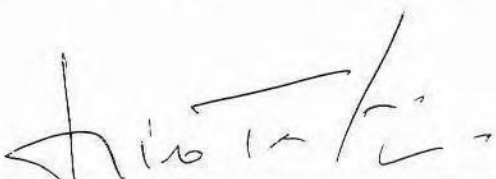
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 48, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação Beneficente Rosal da Liberdade a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO MANOEL PAES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Fundação Manoel Paes a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JURACY MARDEN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 657, de 19 de outubro de 2000, que autoriza a Fundação Juracy Marden a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à MOMENTO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Momento de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à MEDINA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Medina FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medina, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ELECTRA VOX FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 358, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Electra Vox FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à TV NORTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 360, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à TV Norte Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apucena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à SM COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, que outorga permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA (ABCCM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 105, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca (ABCCM) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Meruoca, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ARAQUARI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 593, de 11 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Araquari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 545, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA RIO GRANDE DA SERRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 170, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Rio Grande da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2003

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 546, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BAILON LOPES CARNEIRO, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

OM - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM -
FM - PEDRO CANÁRIO - canal 241
FM - PINHEIROS - OK
FM - ANCHIETA - OK

02.399.641/0001-96

Rua João Bento Silveiras, 306 - Centro -
São Mateus/ES - CEP: 29.930-000

canal 241

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 15/08/2001	
Página: 82	Seção: 1
ANOTADO POR: <i>Alb</i>	

PORTARIA Nº 430 ,DE 7 DE agosto DE 2001.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53660.000302/98, Concorrência nº 007/98-SSR/MC, resolve:

Arquivo

Art. 1º Outorgar permissão à SM Comunicações Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
PIMENTA DA VEIGA



VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas



Simples



Comple...



Documento com assinaturas válidas

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: DECLARAA_A_ES_exigencia_PKO.pdf

Hash: a66df81f7f1f46758c2a16d8b1cc1736acaacc0014abcd21e12b5e3e139bf04d

Data da validação: 10/10/2023 15:41:04 BRT

Informações da Assinatura:

Assinado por: JOAO JORGE RESEGUE LOPES

CPF: ***.555.857-**

Nº de série de certificado emitente: 1522251880559618000

Data da assinatura: 27/09/2022 15:25:38 BRT



Foram encontrados certificados expirados. Verifique o relatório de conformidade

ATENÇÃO:

O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s), o ITI não se responsabiliza por qualquer uso que seja feito a partir da validação das assinaturas eletrônicas



Visualizar relatório de conformidade

AVALIE O SERVIÇO QUE VOCÊ UTILIZOU

Sua opinião é importante para o aprimoramento de nossos serviços.



Avaliar

ACESSO RÁPIDO

Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco



REDES SOCIAIS



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53000.059488/2013-71**Entidade:** SM COMUNICAÇÕES LTDA.**CNPJ nº:** 02.399.641/0001-96**FISTEL nº:** 50011268867**Localidade:** Pedro Canário/ES**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 11/10/2013**Período:** 06/02/2014 a 06/02/2024**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	(X) Sim () Não () Não se aplica	0287717 Pág. 2 6491114 Págs. 2-3	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421999*	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Págs. 2-3	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421999*	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421999*	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	*comprovante de validade da assinatura eletrônica: 11159436
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Págs. 11-16	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10421998	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	6491114 Pag. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11106723 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 11106723 Pág. 5	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10394341 Pag. 7		
		M 11106723 Pág. 6		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 11106723 Pag. 5	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 11106723 Pag. 3		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11106723 Pag. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	JOÃO JORGE RESEGUE LOPES 10422000 CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES 10422001	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11158349 Pag. 5	- Art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.	
12. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	11158349 Págs. 7-10	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
13. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	11108049	- Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------

<p>14. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>15. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	N/A	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais

- n/a

Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11106727** e o código CRC **786969C9**.

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

SEI nº 11106727



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17970/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: SM COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SM Comunicações LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 02.399.641/0001-96**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50011268867**, referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **SM Comunicações LTDA.** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 2001 e Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2003 (SUPER 11158520 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de fevereiro de 2004 (SUPER 11158520 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de outubro de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0287717 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 6 de agosto de 2013 e 6 de novembro de 2013.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de

verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11106727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11106727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 10 de outubro de 2023 (SUPER 11158349 - Págs. 11-16).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Cachoeiro de Itapemirim/ES, **Pedro Canário/ES**, Pinheiros/ES, Anchieta/ES, Mantena/MG e Vila Velha/ES, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, em âmbito regional, na localidade de Baixo Guandu/ES; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ademais, não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador João Jorge Resegue Lopes e o sócio Carlos Eduardo Boromeu Resegue Lopes não compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11158349 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração

de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11108049).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11106727).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2022, com validade até 6 de fevereiro de 2024 (SUPER 11158349 - Págs. 1 e 5).

20. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 10 de outubro de 2023 (SUPER 11158349 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11158349 -

Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11158583) e de Exposição de Motivos (SUPER 11158585), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158530** e o código CRC **3D0E4D8D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11158583)
- Minuta de Exposição de Motivos (11158585)

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11158530

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni, Assistente Técnico**, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158583** e o código CRC **7C43A65A**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42775/2023/MCOM

Brasília, 16 de outubro de 2023

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM (11158530)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM (11158530), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SM Comunicações LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 02.399.641/0001-96, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, vinculado ao FISTEL nº 50011268867, referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

Márcia Maria Torres Fernandes
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 16/10/2023, às 16:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11164673** e o código CRC **F182830D**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.059488/2013-71

INTERESSADOS: SM COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Por meio do **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER), esta Consultoria Jurídica emitiu Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abrange a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Deste modo, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deve observar as orientações apresentadas na referida MJR na análise do Processo Administrativo em epígrafe.
3. Se houver dúvida jurídica sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

Brasília, 20 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000059488201371 e da chave de acesso a41ddb0a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314985119 e chave de acesso a41ddb0a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 20-10-2023 09:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53000.059488/2013-71**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao **Departamento de Radiodifusão Privada**, para conhecimento da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175532), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Torres Fernandes, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 23/10/2023, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11176604** e o código CRC **11D83510**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11176604



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53000.059488/2013-71

Referência: Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175532)

Interessado: S.M. Comunicações LTDA.

Assunto: Renovação de outorga . Consulta Conjur. Devolução dos autos

À CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11175532), e providências cabíveis.

Brasília, 24 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga**, Assessora Técnica, em 24/10/2023, às 11:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11180601** e o código CRC **87DDA689**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11180601



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: S M COMUNICACOES LTDA

CPF/CNPJ: 02.399.641/0001-96

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:06:39 do dia 25/10/2023 , com validade até o dia 24/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: ACyYLxio9k7HwrWTjZHO

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a MJR **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e imagens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente¹¹.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: SM COMUNICAÇÕES LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

1. Por meio da Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 42.775/2023/MCOM, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela SM Comunicações Ltda (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024. Para tanto, os autos foram encaminhados à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para análise jurídica (SUPER 11158530 e 11164673).
2. Ocorre que, neste íterim, a referida unidade consultiva exarou o Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, recomendando a adoção daquela Manifestação Jurídica Referencial – MJR como parâmetro a ser utilizado na apreciação dos requerimentos de renovação de outorga do serviço de radiodifusão sonora (comercial), quando a análise técnico-administrativa não identificar a existência de óbice para o deferimento dos pedidos apresentados pelas concessionárias/permissionárias (SUPER 11184680).
3. Neste sentido, por meio da Cota nº 00302/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, os autos foram restituídos a esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para que seja verificada a possibilidade de aplicação da MJR ao caso concreto em tela (SUPER 11175532).
4. Assim, em atendimento às recomendações formuladas naquela MJR, faz-se necessária a complementação da mencionada Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM (SUPER 11158530).
5. A consulta ao sítio eletrônico da Receita Federal revelou que a citada pessoa jurídica se encontra em situação regular junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. Ademais, pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SUPER 11106723 - Pág. 1).
6. Além disso, a consulta ao sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou que não consta nenhum registro em desfavor daquela pessoa jurídica perante Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (SUPER 11184679).

7. Reforça-se, ainda, que, após consulta, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da supramencionada pessoa jurídica que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SUPER 11108049).

8. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que a pessoa jurídica "atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária—associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantenha as mesmas condições dele decorrentes—, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

9. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, **ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12** (SUPER 11184680).

10. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em complementação à Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, e com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

11. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184681** e o código CRC **DF66FA13**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (Parecer Referencial) (11184757)
- Minuta de Exposição de Motivos (11158585)

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11184681

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 25/10/2023, às 17:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 26/10/2023, às 13:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11184757** e o código CRC **97CC29BD**.

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17.970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta**, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158585** e o código CRC **81A507E6**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 10831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/11/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187476** e o código CRC **871FEBDA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 27 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/11/2023, às 16:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187482** e o código CRC **93A75EE7**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43307/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10831/2023(11187476) e Exposição de Motivos nº 358/2023 (11187482)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho DERAP (11184681), encaminho a Portaria nº 10831/2023(11187476) e Exposição de Motivos nº 358/2023 (11187482), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 01/11/2023, às 16:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11187504** e o código CRC **7391D6CF**.

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11187504

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 08/11/2023 14:51:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 9964671
Data prevista de publicação: 09/11/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21113627	PORTARIA MCOM NA 10831.rtf	9b352411b60c999cde45bacaf14496e7	8,00	R\$ 311,36
21113628	PORTARIA MCOM NA 10832.rtf	c09c3d437ee93d9c2d4b68f2d1f68c5a	8,00	R\$ 311,36
21113629	PORTARIA MCOM NA 10833.rtf	aac9eca57b5fd5c850edbbd1cfdbfbb6	8,00	R\$ 311,36
21113630	PORTARIA MCOM NA 10835.rtf	46ca94f8a54cf413677919f3efcfffdf6	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			32,00	R\$ 1.245,44

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/11/2023 | Edição: 213 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac1809fed

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: S M COMUNICACOES LTDA - EPP	
Nome Fantasia:	
Telefone: (27) 3765-2755	E-mail: jgaudio@globo.com
CNPJ: 02.399.641/0001-96	Número do Fistel: 50011268867
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 06/02/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 06/02/2024	
Observações: SSC34/95;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Praça Coronel Renato Freire	Complemento: 2 andar	
Bairro: Centro	Numero: 50	
Município: Pinheiros	UF: ES	CEP: 29980000

Endereço Correspondência		
Logradouro: RUA ELESBÃO LINHARES - SALAS 201/202	Complemento: SHOPPING DAY BY DAY	
Bairro: PRAIA DO CANTO	Numero: 15	
Município: Vitória	UF: ES	CEP: 29055340

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro:	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rodovia BR 101 KM 16.9	Complemento:	
Bairro: .	Numero: S/N	
Município: Pedro Canário	UF: ES	CEP: 29970000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Pedro Canário	UF: ES

Parâmetros Técnicos			
Canal: 241	Frequência: 96.1 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 3.3054kW
HCI: 52.56 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 323733956	Número Indicativo: ZYL440
Data Último Licenciamento: 24/08/2022	Número da Licença: 53500.295597/2022-18

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 18° 17' 30.00" S	Longitude: 39° 57' 24.00" W	Cota da base: 67.2 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 027381200422	Modelo: ETG5000i
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 2.20 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 7/8	Fabricante: KMP - PIRELLI		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.22 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: GPV/02	Fabricante: GOBER ELETRONICA LTDA				
Ganho: 3.00 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 0 °	Polarização: Vertical	HCI: 52.56 m	ERP Máxima: 3.31 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0.09	30°: 0.09	35°: 0.18	40°: 0.18	45°: 0.18	50°: 0.18	55°: 0.18
60°: 0.18	65°: 0.18	70°: 0.18	75°: 0.18	80°: 0.26	85°: 0.26	90°: 0.26	95°: 0.26	100°: 0.35	105°: 1.31	110°: 1.31	115°: 0.45
120°: 0.45	125°: 0.45	130°: 0.45	135°: 0.54	140°: 0.63	145°: 0.63	150°: 0.72	155°: 0.92	160°: 0.92	165°: 1.11	170°: 1.21	175°: 1.31
180°: 1.41	185°: 1.31	190°: 1.21	195°: 1.11	200°: 0.92	205°: 0.92	210°: 0.72	215°: 0.63	220°: 0.54	225°: 0.45	230°: 0.45	235°: 0.45
240°: 0.45	245°: 0.45	250°: 0.45	255°: 0.45	260°: 0.35	265°: 0.26	270°: 0.26	275°: 0.26	280°: 0.18	285°: 0.18	290°: 0.18	295°: 0.18
300°: 0.18	305°: 0.18	310°: 0.18	315°: 0.18	320°: 0.18	325°: 0.18	330°: 0.18	335°: 0.09	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 18°10'6.57" S Lon 39°57'24" W	5°: Lat 18°9'58.81" S Lon 39°56'42.46" W	10°: Lat 18°9'54.62" S Lon 39°55'59.49" W	15°: Lat 18°9'49.6" S Lon 39°55'14.17" W	20°: Lat 18°10'24.38" S Lon 39°54'40.96" W	25°: Lat 18°10'30.9" S Lon 39°53'58.32" W	30°: Lat 18°10'53.62" S Lon 39°53'23.15" W	35°: Lat 18°11'34.49" S Lon 39°53'2" W	40°: Lat 18°12'1.16" S Lon 39°52'33.59" W	45°: Lat 18°12'19.73" S Lon 39°51'57.46" W	50°: Lat 18°12'38.78" S Lon 39°51'18.76" W	55°: Lat 18°13'10.11" S Lon 39°50'53.42" W
60°: Lat 18°13'38.67" S Lon 39°50'22.4" W	65°: Lat 18°14'14.44" S Lon 39°50'2.76" W	70°: Lat 18°14'48.45" S Lon 39°49'37.1" W	75°: Lat 18°15'27.7" S Lon 39°49'24.03" W	80°: Lat 18°16'5.4" S Lon 39°48'59.87" W	85°: Lat 18°16'47.45" S Lon 39°48'54" W	90°: Lat 18°17'29.81" S Lon 39°48'47.03" W	95°: Lat 18°18'13.41" S Lon 39°48'39.01" W	100°: Lat 18°18'53.41" S Lon 39°48'39.01" W	105°: Lat 18°19'31.97" S Lon 39°48'39.01" W	110°: Lat 18°20'25.8" S Lon 39°48'39.01" W	115°: Lat 18°21'13.29" S Lon 39°48'39.01" W
120°: Lat 18°21'28.17" S Lon 39°50'9.1" W	125°: Lat 18°22'5.97" S Lon 50'28.52" W	130°: Lat 18°22'33.21" S Lon 39°51'3.1" W	135°: Lat 18°23'6.93" S Lon 51'28.85" W	140°: Lat 18°23'35.04" S Lon 39°52'1.14" W	145°: Lat 18°23'48.71" S Lon 39°52'44.5" W	150°: Lat 18°24'2.19" S Lon 53'25.34" W	155°: Lat 18°24'16.15" S Lon 39°54'4.38" W	160°: Lat 18°24'31.12" S Lon 4'42.45" W	165°: Lat 18°24'33.72" S Lon 5'24.34" W	170°: Lat 18°24'37.34" S Lon 39°56'4.58" W	175°: Lat 18°24'37.56" S Lon 6'44.57" W
180°: Lat 18°24'20.23" S Lon 39°57'24" W	185°: Lat 18°24'18.67" S Lon 39°58'1.68" W	190°: Lat 18°24'18.67" S Lon 58'37.34" W	195°: Lat 18°23'57.08" S Lon 9'13.31" W	200°: Lat 18°23'59.93" S Lon 9'53.57" W	205°: Lat 18°23'41.77" S Lon 40°0'26.7" W	210°: Lat 18°23'25.23" S Lon 40°1'0.15" W	215°: Lat 18°22'58.23" S Lon 40°1'26.22" W	220°: Lat 18°22'51.46" S Lon 40°2'8.29" W	225°: Lat 18°22'30.06" S Lon 40°2'40.26" W	230°: Lat 18°21'35.33" S Lon 40°2'32.14" W	235°: Lat 18°21'14.34" S Lon 40°3'1.68" W
240°: Lat 18°20'43.17" S Lon 40°3'16.65" W	245°: Lat 18°20'21.26" S Lon 40°3'51.16" W	250°: Lat 18°19'45.33" S Lon 40°3'56.01" W	255°: Lat 18°19'14.83" S Lon 40°4'16.58" W	260°: Lat 18°18'43.57" S Lon 40°4'44.3" W	265°: Lat 18°18'18.48" S Lon 40°4'24.9" W	270°: Lat 18°17'29.82" S Lon 40°5'36" W	275°: Lat 18°16'48.28" S Lon 40°5'44.04" W	280°: Lat 18°16'17.81" S Lon 40°4'34.36" W	285°: Lat 18°15'41.24" S Lon 40°4'30.91" W	290°: Lat 18°15'3.07" S Lon 40°4'28.68" W	295°: Lat 18°14'26.48" S Lon 40°4'18.09" W
300°: Lat 18°18'13'45.8" S Lon 40°4'12.63" W	305°: Lat 18°13'26.45" S Lon 40°3'30.05" W	310°: Lat 18°13'12.33" S Lon 40°2'47.19" W	315°: Lat 18°12'39.86" S Lon 40°2'29.37" W	320°: Lat 18°12'19.32" S Lon 40°1'58.38" W	325°: Lat 18°12'9.46" S Lon 40°1'20.24" W	330°: Lat 18°11'55.24" S Lon 40°0'47.43" W	335°: Lat 18°11'5.29" S Lon 40°0'32.81" W	340°: Lat 18°10'51.12" S Lon 39°59'56.8" W	345°: Lat 18°10'21.67" S Lon 9'24.79" W	350°: Lat 18°10'36.66" S Lon 8'40.71" W	355°: Lat 18°10'17.71" S Lon 39°58'3.81" W

Distância por radial											
0°: 13.7	5°: 14	10°: 14.3	15°: 14.7	20°: 14	25°: 14.3	30°: 14.1	35°: 13.4	40°: 13.3	45°: 13.5	50°: 14	55°: 14
60°: 14.3	65°: 14.3	70°: 14.6	75°: 14.6	80°: 15	85°: 15	90°: 15.2	95°: 15.5	100°: 14.9	105°: 14.6	110°: 15.9	115°: 16.3

120º: 14.7	125º: 14.9	130º: 14.6	135º: 14.7	140º: 14.7	145º: 14.3	150º: 14	155º: 13.8	160º: 13.8	165º: 13.5	170º: 13.4	175º: 13.3
180º: 12.7	185º: 12.7	190º: 12.4	195º: 12.4	200º: 12.8	205º: 12.7	210º: 12.7	215º: 12.4	220º: 13	225º: 13.1	230º: 11.8	235º: 12.1
240º: 11.9	245º: 12.5	250º: 12.2	255º: 12.5	260º: 13.1	265º: 12.4	270º: 14.4	275º: 14.7	280º: 12.8	285º: 13	290º: 13.3	295º: 13.4
300º: 13.8	305º: 13.1	310º: 12.4	315º: 12.7	320º: 12.5	325º: 12.1	330º: 11.9	335º: 13.1	340º: 13.1	345º: 13.7	350º: 13	355º: 13.4

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 006350300345						Modelo: TEC114					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 0.300 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 3.31 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	430	Portaria	MC	07/08/2001	15/08/2001	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	123	Portaria	SCM	11/05/2004	25/11/2004	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	542	Decreto Legislativo	CN	15/08/2003	18/08/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	54188	Ato	CMPRL	18/11/2005	23/11/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.000745/2017-51	132	Ato	ORLE	11/01/2017	03/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000059488201371	10831	Portaria	MC	27/10/2023	09/11/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43877/2023/MCOM

Brasília, 10 de novembro de 2023

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 358 (11187482)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10831/2023/SEI-MCOM (11206818), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 358 (11187482), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 10/11/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11209963** e o código CRC **C4BD9FBC**.

Brasília, 13 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em 9 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33527/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.059488/2013-71.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 13/11/2023, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11212619** e o código CRC **61BD41F7**.

EM nº 00683/2023 MCOM

Brasília, 13 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023, publicada em 9 de novembro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), nos termos da Portaria nº 430, datada em 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado em 18 de agosto de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/11/2023 | Edição: 213 | Seção: 1 | Página: 7

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 10.831, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53000.059488/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à SM COMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50011268867, a partir de 6 de fevereiro de 2014, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1

ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de	

maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^{[11](#)}.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço –	Art. 113, inciso VIII, do RSR.

FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REFERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Notas

1. [^] [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 17970/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.059488/2013-71

INTERESSADA: SM COMUNICAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SM Comunicações LTDA.**, inscrita no **CNPJ nº 02.399.641/0001-96**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, vinculado ao **FISTEL nº 50011268867**, referente ao período de 6 de fevereiro de 2014 a 6 de fevereiro de 2024.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **SM Comunicações LTDA.** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 430, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 de agosto de 2001 e Decreto Legislativo nº 542, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 2003 (SUPER 11158520 - Págs. 7-8). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de fevereiro de 2004 (SUPER 11158520 - Págs. 1-6).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de outubro de 2013**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0287717 - Pág. 2). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 6 de agosto de 2013 e 6 de novembro de 2013.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de

verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11106727). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11106727).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 10 de outubro de 2023 (SUPER 11158349 - Págs. 11-16).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Cachoeiro de Itapemirim/ES, **Pedro Canário/ES**, Pinheiros/ES, Anchieta/ES, Mantena/MG e Vila Velha/ES, bem como o serviço de radiodifusão sonora em onda média, em âmbito regional, na localidade de Baixo Guandu/ES; e o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ademais, não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador João Jorge Resegue Lopes e o sócio Carlos Eduardo Boromeu Resegue Lopes não compõem o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão sonora.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11158349 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração

de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11108049).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11106727).

15. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

16. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

17. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

18. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

19. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 24 de agosto de 2022, com validade até 6 de fevereiro de 2024 (SUPER 11158349 - Págs. 1 e 5).

20. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 10 de outubro de 2023 (SUPER 11158349 - Pág. 6). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11158349 -

Págs. 7-10). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

21. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Pedro Canário/ES, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

22. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

23. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11158583) e de Exposição de Motivos (SUPER 11158585), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

24. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

25. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Teles Ghillioni**, Assistente Técnico, em 11/10/2023, às 11:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada substituta, em 11/10/2023, às 11:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 11/10/2023, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/10/2023, às 09:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11158530** e o código CRC **3D0E4D8D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11158583)
- Minuta de Exposição de Motivos (11158585)

Referência: Processo nº 53000.059488/2013-71

Documento nº 11158530

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 23 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 683 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 23/11/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4761613** e o código CRC **9269B7FE** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4458/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 683/2023 MCOM 4761596), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, a permissão outorgada à SM COMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ nº 02.399.641/0001-96), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 23/11/2023, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4763572** e o código CRC **FB531FCA** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 683/2023 MCOM (4761596), do Ministério das Comunicações.

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmites do Processo:

Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4761613), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 4458/GM/CC/PR (4763572), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 24/11/2023, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4767119** e o código CRC **3A575EEB** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.059488/2013-71

Nota SAJ - Radiodifusão nº 626 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SM COMUNICAÇÕES LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.059488/2013-71

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.059488/2013-71, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SM COMUNICAÇÕES LTDA** CNPJ nº 02.399.641/0001-96, na localidade de **Pedro Canário/ES**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, conforme a **NOTA TÉCNICA** Nº 17970/2023/SEI-MCOM (4761611) e o **Parecer Referencial** nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU4761608). Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas

análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 10.831, de 27 de outubro de 2023**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM ^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.059488/2013-71, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

LUDMYLA RODRIGUES GOMES

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A **"Frequência Modulada (FM)"** é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luô. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.
No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

^[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmyla Rodrigues Gomes, Assessor(a)**, em 23/07/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5814146** e o código CRC **A6148249** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 601/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.059488/2013-71.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00683/2023 MCOM, de 13 de Novembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Pedro Canário (ES).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00683/2023 MCOM (4758454), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.059488/2013-71, acompanhado da [Portaria MCOM nº 10.831, de 27 de outubro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de fevereiro de 2014, no município de Pedro Canário, estado do Espírito Santo, sem direito à exclusividade, para a empresa SM COMUNICAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.399.641/0001-96, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGE^[3], de 05/10/2023 (4758443), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 17970/2023/SEI-MCOM, de 16/10/2023 (4761611), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Despacho (4758444) de 26/10/2023, que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 9, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 11/10/2023 (4758435), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.399.641/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	S M COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$980.000,00 (Novecentos e oitenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO JORGE RESEGUE LOPES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CARLOS EDUARDO BOROMEU RESEGUE LOPES
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/07/2024 às 14:41 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias

idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 02/08/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 02/08/2024, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 02/08/2024, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5889914** e o código CRC **A6FAAEA6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.059488/2013-71

SEI nº 5889914

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>